

ATA DA 750ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2023.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e oito de agosto do ano dois mil e vinte e três, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e setenta e nove Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidência:	Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente:	Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária em exercício:	Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre
Segunda Secretária em exercício:	Maria Emília Alves Rocha dos Santos

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros (letra e música do saudoso Associado Francisco Roberto Pignatari).

- É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros

4) EXPEDIENTE

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.

Presidente – Em nome da Mesa, propôs voto de profundo pesar pelo falecimento do Conselheiro Efetivo Paulo Cesar de Arruda Castanho, ex-Presidente desta Casa no biênio 2004/2006, relacionando os relevantes serviços prestados por este grande Pinheirense ao Esporte Clube Pinheiros, a saber: Comissões Permanentes: Secretário da Comissão de Sindicância nos biênios 1984/1986 e 1986/1988; Presidente da Comissão de Sindicância no biênio 1986/1988; e, Secretário da Comissão Jurídica no biênio 1992/1994; Conselho Deliberativo: Segundo Secretário no biênio 1994/1996; Primeiro Secretário nos biênios 1996/1998 e 1998/2000; Vice-Presidente nos biênios 2000/2002 e 2002/2004; e, Presidente no biênio 2004/2006; Comissões Especiais: Membro da Comissão Especial de Redação que elaborou o projeto de redação final, objeto do processo CD-01/93, referente proposta de atualização do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que restou aprovada em primeira discussão em reunião realizada em novembro de 1993; Presidente da Comissão Especial de Redação que elaborou o projeto de redação final, objeto do processo CD-08/93, referente à proposta de Regimento Interno da Diretoria,

em substituição ao Regimento Administrativo em vigor; Presidente da Comissão Especial de Redação que elaborou o projeto de redação final, objeto do processo CD-22/94, referente à alteração dos Arts. 70, 94 e 95, do Estatuto Social, que restou parcialmente aprovada; Presidente da Comissão Especial de Revisão do Capítulo VII do Estatuto Social; Presidente da Comissão Especial - constituída pela Resolução nº 05/2002, que elaborou o projeto de alterações estatutárias e regimentais, tendentes adaptá-las ao novo Código Civil Brasileiro; Membro da Comissão Especial Consultiva, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo, na gestão 2004/2006, responsável pelo Plano Diretor de Obras. Foi, ainda, agraciado pelo Conselho Deliberativo com o título de Associado Benemérito na 621ª Reunião Extraordinária, de 24 de junho de 2013, nos termos previstos no inciso I, do Art. 6º, do Estatuto Social, tendo sido diplomado na Reunião realizada em 29 de julho de 2013. Prosseguindo, submeteu ao Plenário, tendo sido consignados os seguintes votos de pesar: 1) de iniciativa da Conselheira Beatriz Luiza Asson Sartorelli, pelo falecimento da Associada Leonor Carvalho Fleury de Oliveira, carinhosamente conhecida por “Nonô”; 2) de autoria da Mesa do Conselho, pelo falecimento da Associada Veterana Eda Gina Fernandes da Silva, mãe do Conselheiro Luiz Eduardo Fernandes, do ex-Conselheiro Mario Sérgio Fernandes e do Associado José Roberto Fernandes e sogra da Conselheira Maria Angélica Leite de Souza, bem como pelo falecimento do Associado Veterano Hugo Andrade de Souza Junior, pai da Conselheira Maria Angélica Leite de Souza e sogro do Conselheiro Luiz Eduardo Fernandes, voto este subscrito pelo Conselheiro Efetivo José Manssur. Em seguida, por proposta da Mesa, foi observado um minuto de silêncio em memória do ex-Presidente Paulo Cesar de Arruda Castanho, da Sra. Eda Gina Fernandes da Silva, da Sra. Leonor Carvalho Fleury de Oliveira e do Sr. Hugo Andrade de Souza Junior. Sra. Maria Dutra de Arruda, mãe do Conselheiro Severiano Atanes Netto, que está se recuperando de uma queda que sofreu no último dia 31.

Primeira Secretária em exercício (Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre) – Informou o recebimento de carta da Diretoria, que está à disposição para consulta na Secretaria do Conselho, comunicando a exoneração de Diretores a partir de 25/08/2023, e que em razão dessas alterações ficou assim constituída: Assessoria de Planejamento - Rodrigo Ferreira Lara, Diretoria Área Administrativa - João Luís Gagliardi Palermo, Diretoria de Área Cultural e Diretoria de Área Social - Antonio Carlos Foschini, Diretoria de Área de Esportes Coletivos e Raquetes, Diretoria de Área de Relações Esportivas e Diretoria de Área de Esportes Associativos - Fábio Prado Ferraro, Diretoria de Área de Esportes Individuais e Aquáticos - Marcos Macedo Maynard Araújo, Diretoria de Área Financeira - Gervásio Angelo Teixeira, Diretoria de Área Jurídica e Diretoria Adjunta de Relações Esportivas - Luiz Fernando Cimino Loureiro, Diretoria de Área de Marketing Esportivo - Gilberto Ratto Ferreira Leite, Diretoria de Área de Operações, Diretoria de Área de Patrimônio e Diretoria Adjunta de Suprimentos - José Alípio de Barros, Diretoria de Área de Relações Institucionais e Diretoria de Área de Restaurantes - Gilberto Maria Rossetti e Diretoria de Área de Marketing Institucional e Diretoria Adjunta de Futebol – Elias Julião de Freitas Junior.

Paulo Roberto Antunes – Propôs voto de louvor à Seção de Bolão, pela conquista da 2ª colocação geral no campeonato Mundial da Juventude de Bolão, realizado no dia 02 de agosto, em Düsseldorf/Alemanha, no qual o Brasil conquistou várias medalhas inéditas, com destaque a dois associados, formados pela Escolinha de Bolão do Clube: Christian Hempel Lima Junior, que conquistou duas medalhas de prata, sendo uma delas na dupla masculina e a outra na individual masculina, categoria Sub24; e Diogo Petti Silva, que conquistou duas medalhas de bronze, sendo uma na dupla mista e outra na individual masculina. Estendeu o voto ao Associado Benemérito Rogério Arkie, que atuou como técnico. Voto aprovado.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Prestou homenagem póstuma ao ex-Presidente do Conselho Deliberativo Paulo Cesar de Arruda Castanho, do qual foi Vice-Presidente. Prosseguindo, associou-se aos demais votos de pesar consignados, propondo voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual durante dois mandatos e ex-Deputado Federal José Carlos Stangarlini. Voto aprovado.

Sérgio Henrique de Sá – Propôs votos de louvor à Seção de Tênis, ao Tênis competitivo, principalmente a Escolinha e o competitivo do infanto-juvenil, masculino e feminino, registrando o trabalho excepcional que vem sendo feito desde a anterior gestão, com resultados extremamente significativos, destacando a solução que vem sendo dada ao problema de filas. Estendeu o voto ao técnico Eduardo Eche, ao Diretor Adjunto de Tênis Base e Alto Rendimento, Paulo Eduardo Blumer Paradedda, ao Diretor de Área de Esportes Coletivos e Raquetes Fabio Prado Ferraro, bem como ao Presidente da Diretoria Carlos Alexandre Brazolin. Finalmente, propôs voto de louvor ao Diretor Adjunto de Boliche 9 Pinos, João De Martino Júnior, que renovou a seção, atendendo à sua insistência, inicialmente perante o Presidente Carlos Alexandre Brazolin e, depois, a Diretora de Área de Esportes Associativos Maria Cristina Machado de Araújo, aos quais, desde logo, agradeceu. Referiu que o Boliche retomou a sua pujança, seja na participação nos últimos torneios não só de duplas como individual, seja no número de mulheres e homens e inscritos. Votos aprovados.

Andreas de Souza Fein – Propôs voto de pesar pelo falecimento do Associado Roberto Parrilo, carinhosamente conhecido por “Manivela”, que devido ao seu conhecimento do Clube, particularmente a Seção de Tênis e por sua profissão – engenheiro - foi convidado a participar das primeiras discussões e análises do projeto do novo prédio do Tênis. Em seguida, propôs voto de louvor e agradecimento à Diretoria, na pessoa do Diretor de Área de Operações Dante Boccuto Junior e do Diretor de Patrimônio Gerson Aguiar de Brito Vianna, pela recente melhoria na iluminação do deque do Snooker, atendendo pronta e eficazmente a este pleito de associados. Votos aprovados.

Rodolfo José Sanchez Serine – Associou-se ao voto de louvor proposto pelo Conselheiro Paulo Roberto Antunes, à Seção de Bolão, pela conquista do 2ª lugar geral no Campeonato Mundial da Juventude de Bolão. Pela relevância da conquista, sugeriu que se o Sr. Presidente assim entendesse, convocasse os atletas Christian Frederick Hempel

Lima Junior (CJ), filho do Conselheiro Christian Frederick Hempel Lima, e Diogo Petit, bem como o Diretor Adjunto de Bolão Rogério Arkie, que acompanhou a equipe como chefe da delegação brasileira, para que estivessem presentes na próxima reunião do Conselho para receber a homenagem de todo o Plenário.

Presidente – Concordando com a sugestão, solicitou ao Conselheiro Paulo Roberto Antunes que fizesse o convite, a fim de que o Conselho pudesse fazer a justa homenagem a esses pinheirenses.

5) **ORDEM DO DIA**

Item 1 - Apreciação da Ata da 749ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 31 de julho de 2023.

Pronunciamentos

Fábio Rogério Moreira – ... Queria só colocar um comentário em relação à última reunião. Nós tivemos debates bastante interessantes e bastante acalorados, mas infelizmente não foram todos os Conselheiros que conseguiram falar. Eu acho que esta Casa está aberta, principalmente a que os Conselheiros possam expor sua posição e não foi possível na última reunião. Então, colocar um ponto para que a Mesa reflita e que isso não possa mais acontecer. Só isso.

Presidente – Não havendo contestação, declarou a Ata aprovada, conforme apresentada.

Item 2 - Apreciação do processo CD-03/2023, referente à proposta subscrita por cinquenta e seis Conselheiros e Conselheiras, de supressão da alínea “b”, do Art. 154, do Regulamento Geral do Esporte Clube Pinheiros, que dispõe sobre requisito para reconhecimento de união estável no quadro social.

Pronunciamentos

Presidente – Trata-se de proposta subscrita pelo ilustre Conselheiro Luiz Carlos Junqueira Franco Filho, acompanhado de outros cinquenta e cinco Conselheiras e Conselheiros, pretendendo suprimir a alínea “b”, do Art. 154, do Regulamento Geral, que exige a diversidade de sexos para o reconhecimento da união estável no quadro social. No prazo regimental não foram apresentadas emendas. Manifestou-se a Comissão Permanente Jurídica, cujo parecer as Senhoras e os Senhores tiveram acesso, entendendo que “não existe qualquer vício para processamento dessa proposta, especialmente quando há o evidente propósito de adequar esses regramentos à necessidade de ‘precedentes do Supremo Tribunal Federal, que, em suma, reconhecem a união estável de pessoas do mesmo sexo como unidade familiar’”. A matéria está em discussão.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – ... Acho que como autor da proposta, de praxe eu devo endereçar algumas palavras para defender a sua aprovação. O tema do casamento homoafetivo eu acho que todo mundo aqui deve ter alguma opinião, todo mundo deve ter alguma impressão sobre isso. Existem pessoas que têm maior afinidade à causa, outras pessoas que têm uma rejeição à causa. Para quem tem maior afinidade eu acho que nenhuma palavra será necessária, então, eu gostaria de endereçar a questão para as pessoas que tem uma resistência a essa proposta por quaisquer questões, íntimas, religiosas, o que seja. E nesse ponto eu desejo fazer uma abordagem bastante e puramente jurídica. Como o senhor bem relatou, Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal em decisão não tão recente assim, ele equiparou a união homoafetiva à unidade familiar para todos os efeitos. E o Clube, na prática – E isso eu conversei na época que colhi as assinaturas, eu conversei até com ex-Presidentes – que me disseram que na prática o Clube obedece a orientação do Supremo Tribunal Federal e sempre aceita, nunca cria nenhum impedimento ao reconhecimento da união estável, para os efeitos que lhe cabem, que acho que principalmente reconhecer os descontos nas taxas de transferência. Então, quer dizer, já existe essa cláusula que se propõe suprimir, na prática ela já é letra morta no nosso Regulamento. Então, o que nós precisamos fazer é quase que uma profilaxia jurídica, que é simplesmente e nada mais do que isso sob o ponto de vista jurídico, adaptar a legislação do Clube, os ordenamentos do Clube à legislação que vigora no país. Então, é simplesmente isso. E eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar a oportunidade para até um pouco além do tema e conversar sobre, falar com os senhores sobre propostas dessa natureza, em que a rigor não cabe, formalmente essas propostas passam pela deliberação do Conselho, mas a rigor não cabe ao Conselheiro negar uma proposta que decorre de uma exigência legal. Então, isso representa um dilema para o Clube, porque quando o Clube se depara com questões de inconstitucionalidade e ilegalidade das nossas regras internas, essas questões à luz de um parecer jurídico, à luz de uma opinião dos técnicos, ela deveria ser aplicada ou de ofício ou por um rito abreviado, ouvindo a Comissão Jurídica. Então, eu queria chamar atenção para esse risco, e quando o Clube se depara com questões legais não se tem mais lugar o juízo de conveniência, o juízo de vontade do Conselheiro. Ou seja, a gente não pode simplesmente dizer sim ou não, nós temos que cumprir a lei. Esse caso aqui é um caso evidente de necessidade de cumprimento da lei, mas eu gostaria de chamar atenção para outros casos e talvez o próximo item da pauta, que envolve questões legais também e que é muito necessário a gente ter o apoio jurídico, ter essa necessidade, ter a certeza e a segurança de que determinada disposição do Regulamento precisa ser alterada, muitas vezes independentemente da nossa vontade e fazer isso. Então, eu chamo atenção para o caráter específico dessa medida e do caráter excepcional, ou seja, precisamos aplicar a lei independentemente até da nossa vontade, porque o Clube não pode de nenhuma maneira apreciar uma questão e manter uma norma contrária à legislação. Então, era só esse tema que eu gostaria de destacar. Muito obrigado.

Fabio Rogério Moreira – ... Vou abreviar aqui a minha questão. Minha questão não é jurídica, minha questão é, inicialmente, eu vi nos documentos que foram enviados apenas a Comissão Jurídica foi consultada, não foi consultada a Comissão de Sindicância,

que avalia esse tipo de caso, nem a Comissão Financeira, de qual aspecto econômica seria feito. Nós na última reunião votamos por um aumento substancial de 50% no valor da transferência para que nós tenhamos mais títulos para os filhos e netos dos associados. Na medida em que nós aumentamos a gama de benefício, porque hoje, como o Junqueira colocou, não é negada associação nesses casos, a única coisa é que não existe o benefício da transferência de um caso equivalente. Então, eu gostaria de pedir aos associados que votaram na última reunião em aumentar o valor do título para que sejam mantidos os títulos preferenciais para filhos e netos dos associados, que pense: Nós estamos aumentando a gama de descontos para mais uma classe. Então, se nós formos seguir todas, o Clube é fechado, não é aberto que possa ser colocado. Não está sendo proibida a associação, apenas os benefícios para que isso seja retornado para os filhos e netos de sócios, que nós votamos na última reunião para que seja aumentado e seja diminuído o valor do sócio. Só isso. Muito obrigado.

Presidente – ... Está encerrada a discussão. Vamos à votação.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a proposta subscrita por cinquenta e seis Conselheiros e Conselheiras, de supressão da alínea “b”, do Art. 154, do Regulamento Geral do Esporte Clube Pinheiros, que dispõe sobre requisito para reconhecimento de união estável no quadro social, objeto do processo CD-03/2023?

Resultado: 117 votos SIM, 18 votos NÃO e 4 ABSTENÇÕES, tendo sido aprovada a proposta em primeira discussão.

Presidente – ... Lembro que por se tratar de alteração regulamentar a proposta somente será considerada aprovada se obtiver duas votações favoráveis, podendo ser apresentadas, na segunda reunião, exclusivamente emendas de redação. Conforme prevê o Art. 87 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, indico para compor a Comissão Especial de Redação, a ser designada pelo Plenário, os ilustres Conselheiros Beatriz Luiza Asson Sartorelli, Luiz Carlos Junqueira Franco Filho e Luiz Roberto Martinez. (Pausa) Pela manifestação do Plenário, está aprovada a indicação.

Alexandre Perrone Lomonaco – Sr. Presidente, boa noite. Sobre o item 3, eu gostaria de fazer uma sugestão. Apesar deles estarem formulados, não se trata não ser uma proposta única, nós vamos discutir dois itens que não guardam nenhuma semelhança, não é o mesmo item, são coisas completamente diferentes. Então, pediria, se é possível talvez propor ao Conselho, o Conselho tenta aprovar se a gente pode dividir em duas discussões, ainda hoje, mas o item 3 em duas discussões, porque realmente o “sobrescede” é uma coisa e a votação à distância não guarda nenhuma semelhança com isso. Então, é apenas uma sugestão para que a gente, eu sempre venho aqui e sinto que a gente não discute talvez as coisas como deveria, escutando bastante e eu acho que

quando mistura dois itens, duas coisas totalmente diferentes a gente talvez não consiga conversar sobre o assunto de uma forma ideal. Seria essa a sugestão.

Presidente – Conselheiro Lomonaco, vamos apregoar o item 3, em seguida vamos decidir sobre essa questão.

Item 3 - Apreciação do processo CD-11/2021, referente à proposta subscrita por cinquenta e três Conselheiros e Conselheiras, de alterações de dispositivos do Estatuto Social, do Regulamento Geral, do Regimento Interno da Diretoria, do Regimento das Eleições no Conselho Deliberativo e do Regimento para Eleição Parcial do Conselho Deliberativo, visando assegurar a votação não presencial nos processos eleitorais do Esporte Clube Pinheiros e instituir a restrição para que Conselheiros sejam reconduzidos a cargos de Diretoria e/ou Assessoria de Diretoria dentro de um mesmo exercício fiscal (restrição ao “sobe-desce”).

Pronunciamentos

Presidente – Trata-se de proposta encabeçada pelo então Conselheiro Marcelo Minhoto Ferraz de Sampaio, acompanhado de outros cinquenta e dois Conselheiros e Conselheiras, apresentada em janeiro de 2021, pretendendo alterar o Estatuto Social, o Regulamento Geral, o Regimento Interno da Diretoria, o Regimento das Eleições no Conselho Deliberativo e o Regimento para Eleição Parcial do Conselho Deliberativo, para instituir a votação não presencial e restringir a recondução de Conselheiros a cargos de Diretoria e Assessoria de Diretoria. Aberto o prazo regimental, foram apresentadas emendas modificativas do ilustre Conselheiro Andreas de Souza Fein. Foi ouvida a Comissão Permanente Jurídica, que entendeu que tanto a proposta inicial como a respectiva emenda modificativa estão vertidas em termos claros e inequívocos, e, quanto ao mérito, limitou-se a assinalar apenas que, em última análise, objetivam elas o aperfeiçoamento do processo eleitoral interno do Clube, conferindo-lhe maior segurança e adequação à nova realidade em que se vive (à época, pandemia de Covid-19). E bem assim que no aspecto jurídico e formal, nada obsta a que se leve a questão desde logo a plenário. Na Reunião Extraordinária de 25/10/2021, o ilustre então Presidente do Conselho Deliberativo informou que dentre outras proposições em andamento, esta proposta de adoção da eleição pelo sistema virtual seria objeto de apreciação pela Comissão Especial criada pela Resolução da Presidência do Conselho Deliberativo nº 02/2021, de 04 de outubro de 2021, constituída com a finalidade de atualizar o ordenamento institucional do nosso Clube. A Comissão Especial apresentou projeto contemplando parte das proposições apresentadas que, de acordo com o previsto na Resolução 02/2021, foi encaminhado ao Colégio de Presidentes e distribuído às Senhoras Conselheiras e aos Senhores Conselheiros para emendas, entretanto, referido projeto não contemplou a proposição trazida à discussão nesta reunião. Assim, considerando que a matéria deveria ser discutida e votada nesta nova legislatura e a fim de permitir,

democraticamente, que todas e todos as Conselheiras e Conselheiros pudessem apresentar eventuais sugestões, determinei sua redistribuição às Senhoras Conselheiras e aos Senhores Conselheiros, tendo apresentado emendas modificativas a ilustre Conselheira Luciana Pastore Antonio. Findo o prazo para emendas, foi novamente ouvida a Comissão Permanente Jurídica, que emitiu parecer no sentido "...A emenda modificativa da Ilustre Conselheira Luciana Pastore Antonio se assemelha com aquela apresentada às fls. 34/38 pelo Ilustre Conselheiro Andreas de Souza Fein, diferenciando-se especialmente pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias que deverá ser observado para essa "quarentena", estando a proposta inicial e as emendas modificativas em condições de ser apreciadas e votadas pelo plenário do Conselho Deliberativo. (Esse é o parecer que se encontra às fls. 101 a 104). A discussão abrangerá a proposta principal e as emendas oferecidas pelo Conselheiro Andreas de Souza Fein e pela Conselheira Luciana Pastore Antonio. Antes de abrir a discussão, vou deliberar acerca do questionamento feito pelo ilustre Conselheiro Lomonaco à Mesa do Conselho. Como ele bem disse, a proposta veio de uma forma una, abrangendo tanto a questão da votação não presencial quanto a questão da restrição de recondução dos Conselheiros à Diretoria. Todavia, entendo, e na esteira do que o Conselheiro Lomonaco colocou, que são assuntos bastante distintos. Já houve aqui nesta Casa em passado não tão recente, a possibilidade de discutirmos assuntos que não guardam a mesma temática em discussões distintas. Então, a Mesa não quer decidir de forma monocrática. Eu vou submeter ao Plenário se ele se sente confortável em discutir os assuntos da proposta separadamente, embora ela tenha sido apresentada de uma forma una.

José Luiz Toloza Oliveira Costa (fora do microfone) – Sr. Presidente, quando da votação V. Exa. pode desmembrar.

Presidente – A votação sem dúvida nós faremos item por item, artigo por artigo se for o caso. O Conselheiro faz outro questionamento e submeterei ao Plenário, se está confortável que a discussão seja feita de forma separada. Se houver essa sensibilidade do Plenário, faremos assim. Consulto o Plenário, se não houver objeção. (Pausa) Então, tal como o ilustre Conselheiro Lomonaco propôs, faremos a discussão de forma separada. A discussão está aberta. ... Então, apenas para ficar claro ao Plenário, neste momento a discussão vai se ater tão somente à questão da votação não presencial.

José Luiz Toloza Oliveira Costa – ... Primeiramente, Sr. Presidente, eu não pude comparecer à Missa de Sétimo Dia do ex-Presidente desta Casa, Paulo Castanho, e se for possível queria que V. Exa. transmitisse os meus votos de profundos sentimentos à família, porque se tratava de um homem honrado, homem do bem. Eu faço questão, se possível, que o senhor defira esse meu requerimento. Sr. Presidente, também queria só aqui cumprimentar o Conselheiro Fabio Moreira com relação às benesses que ele propõe com relação a sócios antigos, isso porque os sócios antigos tiveram que contribuir com taxas de obras: 1974, 75, 76, foram os sócios antigos que construíram o estacionamento primeiro e também tiveram que arcar com outras onerações e hoje esse oásis que nós temos se deve aos sócios antigos. E eu acho, Conselheiro Fabio Moreira, que V. Sa. tem

toda razão com relação a essa discriminação com relação aos sócios antigos. Sr. Presidente, quando nós recebemos o material eu não sabia que V. Sa. ia desmembrar os itens e eu estudei ambos conjuntamente, principalmente porque são temas relevantes e de suma importância, tanto o requerimento de votação à distância quanto o sobe-desce, como se referiu o Conselheiro Lomonaco. Por se tratar de temas de enorme importância e de suma relevância, Presidente – Deixe-me só fazer um mero registro, o nosso Presidente Carlos Brazolin quando do seu discurso de posse, não tem muito a ver a questão, mas ele fez um discurso conciliativo, um discurso tentando aproximação entre as vertentes do Clube, mas cada vez que eu vejo a pauta deste Conselho eu acho difícil, porque animosidade se acirra com relação aos temas da pauta, então, só feito esse registro, por quê? – É de suma importância ambos os requerimentos englobados no item 3º: votação à distância e o sobe-desce. Primeiro, quero tecer alguns comentários com relação ao sobe-desce. Todos os nossos Parlamentos, tanto em âmbito municipal, estadual e federal, em ambas as Casas do Congresso, o Parlamentar goza – Ele tem o mandato e esse mandato está sendo utilizado pelo Poder Executivo e não pelo Poder Legislativo – mas quando está afastado leva até as prerrogativas, não privilégios, ou seja, o mandato que ele recebe é uma coisa sagrada, é o voto. E nós temos aqui que levar primeiro em consideração o voto do associado, ele votou no Conselheiro para que fizesse o que melhor ele entenda que deva ser feito pelo Clube. E de suma relevância um Conselheiro exercer durante certo tempo uma função no Executivo e o que se propõe aqui é um cerceamento com relação a isso. Mas eu digo que realmente é de suma importância, nós temos que ver essa questão, é uma questão democrática, mas não neste momento, porque os nossos Estatutos, todos os nossos Regimentos, nossos ordenamentos, a começar pelo nosso Estatuto Social, prevê que $\frac{2}{3}$ da composição da Diretoria seja por Membros do Conselho. Então, veja, Sr. Presidente, se porventura for aprovada essa proposta do sobe-desce, como que a Diretoria vai poder ser composta, se $\frac{2}{3}$ têm que ser Membros de Conselho. Então, o que venho requerer, para não tomar muito tempo de V. Sa. é que essa matéria seja melhor estudada e que não seja assim de atropelo, como foi. Disse, de suma importância, bem democrática ambas as sugestões, só que elas requerem estudo aprofundado. Eu entendo que V. Exa. deve nomear Comissões desmembradas para ambos os temas, tanto para o voto à distância quanto para o sobe-desce. E não hoje, de afogadilho apreciar essa proposta, dada a sua importância. Como disse, eu acho que são totalmente relevantes e democráticos os pedidos, só que nós precisamos analisar em conjunto com o que reza os nossos ordenamentos aqui da Casa.

...

Presidente – ... deixe-me só fazer um questionamento ao ilustre Conselheiro que está na tribuna, para meu esclarecimento. A partir do momento que o Plenário entendeu que os assuntos deveriam ser discutidos separadamente, Conselheiro Toloza, eu estou entendendo que V. Sa. está fazendo um pedido de retirada de pauta...

José Luiz Toloza Oliveira Costa – A ambos.

Presidente – A partir do momento que desmembramos os assuntos, com relação especificamente, disse que primeiramente trataríamos da questão da votação não presencial. Com relação à votação não presencial o Conselheiro entende que deve ser retirado de pauta?

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Sr. Presidente, para ser breve e não tomar tempo dos Conselheiros, não vim aqui a esta tribuna ficar falando, voltar para reiterar a mesma coisa, eu já estou me antecipando... V. Sa. Desmembrou. Estou pedindo que ambas as questões sejam retiradas de pauta para um estudo mais aprofundado. Eu não sou contra, Conselheiro Libão, não sou contra, muito pelo contrário, só quero que seja feito um estudo mais aprofundado, inclusive com V. Sa. sendo nomeado Presidente desta Comissão.

...

Presidente – ... Então, está esclarecido, vou submeter o pedido de retirada de pauta no momento adequado.

...

José Manssur (fora do microfone) – Só para ordenar os trabalhos. ... estou pedindo a palavra pela ordem.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Qual o artigo?

José Manssur (pela ordem) – A questão de ordem é dizer o artigo. Pela ordem é para melhorar a condução dos trabalhos, com a devida vênia e com todo respeito. ... A procedência da observação do Conselheiro Lomonaco, irreprochável na forma e no mérito, o Plenário à unanimidade acolheu é no sentido de nós primeiro discutirmos a votação à distância ou não presencial. Assim, lhe pedindo vênia, a antecipação dos apartes, para que não haja confusão ao Plenário, nós devemos nos ater a este assunto. Esgotado este assunto virá à tona o outro, que diz respeito à desvinculação ou não – Porque eu não gosto dessas expressões coloquiais, não ficam bem para a liturgia do Plenário – a desvinculação do Conselheiro indo à Diretoria e posteriormente retomando o exercício de seu mandato é outro tema, com outra exposição, com outros 10 ou 15 minutos para se falar. Portanto, Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria que nós nos ativéssemos agora a discutir apenas e tão somente, para não haver confusão no Plenário, a questão do voto não presencial ou à distância. Era o que eu tinha a dizer, pela ordem.

Presidente – Perfeitamente, o Plenário está devidamente esclarecido que o assunto tão somente deverá ser objeto da questão da votação não presencial.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (aparte) – Sr. Presidente, dada a sua colocação em relação à pertinência dos temas, o meu aparte seria em relação a uma colocação que o

nobre Conselheiro Toloza fez, mas eu deixaria para a segunda parte, quando o tema for discutido.

Presidente – Muito obrigado, no momento oportuno eu submeterei o pedido de retirada de pauta. Muito obrigado, Conselheiro Toloza.

Alberto Sansiviero Junior – ... Eu venho a esta tribuna para lembrar um pronunciamento por mim proferido no item “A Voz do Conselheiro” da 735ª Reunião do Conselho Deliberativo, ocorrida em 27 de junho de 2022, pouco após minha posse para o corrente mandato nesta Casa. Fiz naquele pronunciamento referência ao pleito ocorrido no dia 07 de maio do mesmo ano e compartilhei com os presentes minha percepção sobre o novo sistema de escolha de representantes das sócias e sócios para este Conselho Deliberativo. Eu havia consultado a Diretoria, que em função da minha solicitação informou termos contado naquelas eleições com participação de 4.725 votantes de um total de 33.337 sócios aptos a votar, a quem me referirei como associados eleitores. Esses associados eleitores representavam um pouco mais de 74% do total de associados, que totalizava naquela data 39.895 associados e pouco mais de 85% do total de sócios contribuintes, que totalizavam 29.648 associados. Pois bem, repito aqui, apenas 4.725 sócios ou 14,17% dos 33.337 associados eleitores compareceram para votar naquelas eleições e escolher seus representantes para ½ das vagas neste Conselho. A Diretoria, em função do meu questionamento informou também os dados referentes aos dois pleitos anteriores, ocorridos em 2020, já durante a pandemia e em 2018, antes do início desse período de restrições. Em 2020 nós contamos com a presença de 5.482 votantes presentes, ou 16,57% do total de 33.086 associados eleitores, em uma votação ocorrida em dois dias em função da pandemia. Já em 2018 contamos com a presença de um número de votantes de 5.386, ou 16,39% do total de 32.867 associados. Bom, em análise objetiva desses dados, apresenta essa recorrente de 17% dos associados eleitores nos três últimos pleitos, na minha análise, confirma a legitimidade da presente proposta e a urgência de adequação das regras vigentes para permitir maior participação de associados do Esporte Clube Pinheiros na escolha de seus representantes e gestores. Nesse sentido, eu gostaria de pedir a todos que avaliem essa proposta com carinho e convido as Sras. Conselheiras e Srs. Conselheiros que, baseados nas informações apresentadas aqui, assegurem a votação não presencial, que eu espero permitirá maior participação dos associados e associadas na escolha de seus representantes para esta Casa. ... Eu agradeço a todos e, Dr. Guilherme, gostaria de voltar então quando a gente for avaliar o próximo tema.

Presidente – Sem dúvida, Conselheiro Alberto. Muito obrigado.

Sérgio Henrique de Sá – ... Eu vou abordar o tema inicial da questão da votação online sob dois aspectos. Inicialmente, vou falar sobre a questão legal. A Lei 9.615/98, conhecida por todos como Lei Pelé, obriga as pessoas jurídicas integrantes do Sistema Nacional do Desporto a instituírem processos eleitorais que assegurem, entre outros requisitos, um sistema de recolhimento de votos imune a fraude, assegurada a votação

não presencial, que é o online. Referida exigência está prevista no Art. 22, inciso IV do referido diploma, com redação dada pela Lei 14.074/2020. A sanção pelo descumprimento desse requisito legal é a perda de isenções fiscais ou repasses de verbas públicas, conforme se pode depreender do Art. 18, que é a sanção, inciso III da Lei Pelé. Juntamente com a Lei Pelé foi recentemente promulgada a Lei 14.597, conhecida como a Lei do Esporte. A nova lei é mais abrangente, tratando de diversos aspectos que não haviam sido originalmente regulados pela Lei Pelé. Embora mais recente, a Lei 14.597/2023, não revogou a Lei 9.615/98, sendo ambos os diplomas válidos e vigentes, isso é importante a gente pontuar. O Art. 60 da nova lei trata dos processos eleitorais das organizações esportivas e, exige destas, adoção de um sistema de recolhimento de votos imune a fraude, admitida a votação presencial também. Note-se que o Art. 60, que eu já citei da nova lei, Pelé é mais flexível do que o Art. 22. O primeiro admite a votação não presencial, ao passo que o segundo obriga a sua adoção. O Art. 22 abrange as entidades integrantes do Sistema Nacional do Esporte, que, nos termos do parágrafo único, congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normatização e apoio à prática do desporto. Já o Art. 60, da Lei 14.597/2023, diz respeito às organizações esportivas. Esta lei não traz o conceito de organizações esportivas, mas dispõe que elas possuem liberdade de associação na área esportiva, no âmbito interno e externo, podendo escolher a natureza jurídica que melhor se conformar com as suas especificidades, independentemente da denominação adotada, da modalidade esportiva ou da forma de promoção do esporte com que se envolvam. Assim como no caso de organização esportiva de caráter geral, respeitados os direitos e garantias fundamentais decidir a forma e os critérios para que outra organização possa a ela filiar-se. Existe uma dúvida se o ECP, Esporte Clube Pinheiros estaria sujeito aos requisitos mais restritivos da Lei Pelé, que o obrigam a adotar a votação não presencial ou aos mais flexíveis da Lei 14.597, segundo a qual essa votação seria uma faculdade. Independentemente dessa questão, tramita no Congresso o recentíssimo PL, Projeto de Lei 3.163/2023, do Deputado Bandeira de Mello, ex-Presidente do Flamengo, que altera a redação do Art. 60 desta Lei 14.597, visando justamente assegurar a obrigatoriedade da eleição não presencial para as organizações esportivas. A esse respeito cabe extrair os seguintes trechos extraídos da exposição dos motivos do projeto de lei. Ao substituir o termo admitida por assegurada fica claro que a votação não presencial é uma opção válida e segura, desde que sejam tomadas as medidas necessárias para a garantia da inviolabilidade do processo, isso inclui obviamente a implementação de controles robustos de identificação dos candidatos, criptografia dos votos e auditorias regulares, entre outras medidas de segurança. Ao mesmo tempo, buscamos deixar claro que as agremiações não poderão restringir o direito de voto daqueles sócios que se encontram impossibilitados de comparecer à sede do Clube, muitas vezes localizada a grandes distâncias de suas residências ou dos seus locais de trabalho ou mesmo impossibilitados por questões de locomoção. Assim, que se sustente hoje, o ECP não estaria obrigado a adotar eleições não presenciais, essa obrigatoriedade poderia ser implementada com aprovação do referido projeto de lei. Assim, para evitar qualquer tipo de discussão sobre a questão saber se o Clube está ou não legalmente obrigado a implementar as eleições não

presenciais, bem como antecipar-se a uma alteração legal que já tramita no Congresso Nacional, a medida mais apropriada do ponto de vista legal, a meu ver, é aprovação da proposta, que viria ao encontro dos ideais de transparência, abrangência e governança que uma Instituição como a nossa deve sempre almejar. E mais um ponto importante, sobre a eleição online e a faculdade do sócio exercer o seu direito. A eleição por meios eletrônicos é uma realidade que deve ser implementada, pois reduz custos e viabiliza o pleito democrático ao permitir a participação de todos aqueles que têm condições de voto. Recentemente um clube tradicional do Nordeste do Brasil, com mais de 20 mil sócios aptos a votar e 11.930 fizeram valer esse direito, um percentual significativo registrou de forma online, apenas 164 sócios que estavam aptos a votar não fizeram e somente 264 fizeram de forma presencial. Nesse processo de eleição presencial e online os sócios que estiverem em dia com a mensalidade e de acordo com o que determina o Estatuto, podem fazer suas escolhas. Muitos deles, não necessariamente que essa justificativa de não ter voto online de muitas pessoas que eu tenho ouvido quando essa matéria veio à pauta no Conselho, muitos deles não necessariamente vivenciam esse dia a dia do Clube, como os Conselheiros e a Diretoria Executiva, mas é por esse motivo que essa questão do voto online é muito criticada. Ou seja, ele não convive, em quem vai votar e tudo mais, isso é uma grande bobagem por várias razões. Muitos desses sócios sacrificam-se para pagar e utilizam determinadas seções do Clube, simplesmente não frequenta o desporto, mas utiliza o Esporte Saúde, os filhos deles utilizam, os avós, que vêm só os netos. Enfim, existem N razões para que a votação online, se feita de forma segura, seja implementada. O que chama atenção e nos traz o brilho da democracia, quanto mais fechadas e restritas as eleições dos clubes, maior a chance de manipulação, influência política e que um único grupo ou pequenos grupos compostos por líderes e influentes decidam os rumos por outros milhares de sócios, apenas por essa mesma relação de influência. Por fim, o sistema, quando bem estruturado protegerá a Instituição de pessoas despreparadas ou mal-intencionadas, fazendo com que não venham nem a se candidatar. Se passar dessa etapa, que a vontade da maioria seja feita de forma transparente, organizada, com voto não presencial. E num segundo momento, direto, até quem sabe no futuro para a Presidência. Assim, na maioria dos casos não existe voto privilegiado, mas, sim igualitário. Por isso o voto direto e não presencial dá a todos os eleitores o mesmo poder decisório e respeito a toda gestão com lisura e Compliance. É preciso valorizar e estimular a sensação de pertencimento dos sócios, porque isso representa o poder de decisão de cada um deles dessa secular Agremiação que tanto nos honra fazer parte. Muito obrigado.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – Eu só queria confirmar com você, porque a Lei Pelé hoje vigente, Lei Geral de Esportes também vigente e ainda elas têm que se arrumar e se acertar ali para a Lei Pelé sair. A Lei Pelé assegura. Até o momento o Ministério dos Esportes não pediu para que nenhuma associação, aqui no caso os clubes, se adequasse a ela. Também foi criada naquele momento da pandemia.

Sérgio Henrique de Sá – Isolamento, você não podia se deslocar, enfim.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – E a Lei Geral dos Esportes admite, então, na hora que estava expondo acho que você inverteu. Então, que entendo, você é favorável ao texto novo, que admite?

Sérgio Henrique de Sá – Sim.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – É isso?

Sérgio Henrique de Sá – É.

- **Manifestação de Conselheiros no plenário.**

Sérgio Henrique de Sá – Não, desculpe, é o contrário. Você tem razão, Arnaldo.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – Pois bem, a tendência, o que vai ficar...

Sérgio Henrique de Sá – Mas tem projeto de lei tramitando.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – Mas a tendência, que a gente conversa com as pessoas, logo, que vai passar é o admite, é o que está na Lei Geral de Esportes. É só isso.

José Manssur (fora do microfone) – É uma lei geral.

Sérgio Henrique de Sá – Que é menos abrangente, aqui faculta.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – É mais flexível.

Sérgio Henrique de Sá – Eu entendo, essa flexibilidade é que me incomoda, por duas razões – Só um minutinho, eu vou responder ao aparte do Arnaldo diretamente. Arnaldo, eu te respeito – Espera um pouquinho, gente. Dr. Manssur, eu ouço sua voz daqui, tenho ouvido de tuberculoso, mas dá um minutinho, deixe-me tentar concluir, respeito muito a sua posição e a sua sapiência jurídica, mas deixe-me colocar – A questão é clara. Eu acredito que um Clube como o nosso tem condições de fazer uma votação online, até para ampliar. A questão legal, eu entendo que talvez fique a mais branda, que coloque na condição do dirigente do Clube, nós que decidimos as questões legais do Clube, do Estatuto e os Regimentos, que seja facultada. Eu acho que deveria ser obrigatória, essa é a questão. Ou ainda que fosse facultada, ou seja, fosse adotada, independentemente da faculdade ou da obrigatoriedade.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – Obrigado.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – São três apartes. Primeiro, hoje existe uma insegurança jurídica, nós não sabemos se o que vale é o dispositivo que admite ou se o

que vale é o dispositivo que assegura. E existe, além disso, um projeto de lei, do ex-Presidente do Flamengo, que quer se prevaleça o assegura.

Sérgio Henrique de Sá – Exato.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Correto, então, quer dizer, hoje tem uma insegurança jurídica e aí no projeto de lei... Então, eu queria esclarecimento sobre isso.

Sérgio Henrique de Sá – Na verdade, Junqueira, o Arnaldo pontuou bem. Pelo projeto de lei que está tramitando no Congresso a obrigatoriedade virá para todas as agremiações. Ou o contrário que você está colocando do projeto? (Pausa) É o contrário. Mas ainda que seja o contrário, é isso que estou querendo colocar, senhores, para que fique bem claro. A minha posição sobre a votação online é que ela, em sendo segura, que é um dos maiores problemas que todo mundo aventa, não há o menor problema de ser adotado no Clube, é isso que estou dizendo. Existem questões seguras para que somente o sócio cadastrado, credenciado possa votar, porque existe um problema muito sério de representatividade. Ou seja, você evita que as pessoas que sejam eleitas por pequenas quantidades de votos possam ser eleitas por uma representatividade ainda maior. A questão da representatividade é que encontro. E o direito do sócio de poder opinar e votar – Só concluindo, Sr. Presidente – sem se submeter à questão do dia da eleição votar presencialmente, só isso.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Segundo aparte, Conselheiro, por favor. ... Eu gostaria de saber se o direito a voto presencial é assegurado, porque isso é muito importante. Uma questão é, se o voto online vem em substituição ou se o voto online é uma faculdade, de maneira que o associado pode escolher se vem presencialmente ou online, é esse esclarecimento. E, por favor, Sr. Presidente, acho que cassar a palavra num ambiente democrático não cabe.

...

Sérgio Henrique de Sá – Eu entendo, se você assegura o direito ao voto presencial você tem que fazer da mesma forma online, porque o direito do sócio de votar é absolutamente indiscutível, é isso, é simplesmente isso. Eu acho que online no moderno – Estava até comentando com minha caríssima Vera – tem muita gente que não vem, até depois do advento da pandemia, senhoras e senhores, não vieram porque não querem submeter os mais velhos ao corredor polonês. Enfim, a gente precisa garantir, pelo amor de Deus. Agora, vi alguns comentários, Sr. Presidente, vou concluir meu pronunciamento. – Não vou te dar mais o aparte, Padin, desculpe, que já estou com o tempo esgotado – A questão toda é a seguinte, a minha posição...

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Tempo.

Sérgio Henrique de Sá – A questão do tempo, nós falamos na reunião passada, 39 minutos e todo mundo ficou quieto, então, porque estou aqui acho que tem que ter um pouco de respeito. Tivemos pelo Dr. Manssur e vamos ter ao Sérgio Henrique de Sá, que é um Conselheiro eleito por esta Casa. Eu gostaria de um pouquinho mais de respeito, é só isso. E a questão firme do voto online é a seguinte, se as pessoas têm o direito como sócia de votar de forma presencial lá no auditório elas têm, de acordo com a tecnologia, a segurança que permite um voto online de fazê-lo. Isso não é nenhum crime, não estou fazendo apologia aos sócios que não frequentam, só estou querendo garantir um direito do sócio, é só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

...

Arlindo Virgílio Machado Moura (pela ordem) – Como por decisão deste Plenário as questões foram separadas, eu queria saber se os inscritos agora já estão automaticamente inscritos para a segunda discussão. E se haverá possibilidade na segunda discussão de novos inscritos.

Presidente – Sem dúvida, Conselheiro.

Fabio Rogério Moreira – ... O que eu gostaria de complementar o que o Conselheiro Toloza falou, é que essa parte muitas vezes, eu sou da área de tecnologia, pode parecer que é muito fácil você garantir a segurança desse voto, realmente você consegue hoje em dia. O que não foi feito é um estudo mais aprofundado de como implementar esse tipo de segurança, como garantir que o sócio vai ter o seu voto representado ou vai ter o seu voto fraudado. Hoje, quem tem cidadania italiana vota pelos Correios, só que isso está sendo estudado no próprio Parlamento italiano de ser removido, porque existe muita fraude. Então, acho que nós temos que começar com etapas de verificação de como colocar. Vamos colocar um totem com automação e ficar pesquisando. Se nós fizéssemos esse tipo de processo nem precisaria ter o Conselho, quando a gente tiver alguma dúvida é colocado isso para o associado e o associado vota. Enquanto a gente não tiver isso daí, ou vamos estudar com mais profundidade como implementar esse tipo de proposta, eu gostaria de me solidarizar com o Conselheiro Toloza e pedir para que seja retirado de pauta, até que sejam estudadas todas as formas de conseguir viabilizar a segurança do voto.

Aloísio Bueno Buoro (aparte) – ... Gostaria de saber, como conhecedor de tecnologia você conhece uma empresa chamada Webvoto? Já ouviu falar? Que ela presta serviço de votação online há mais de 10 anos? Você já conhece esse tipo de votação ou não?

Fabio Rogério Moreira – Já participei de diversas votações online, mas nunca fui atrás de verificar qual é a segurança que você tem. Você tem segurança, hoje faz transação bancária para uma conta qualquer...

Aloísio Bueno Buoro – Já existe esse tipo de serviço há mais de 10 anos, confirmado e tudo mais. As OABs contratam esse serviço para fazer votação em todo o Brasil. Você tem conhecimento desse tipo de serviço ou não?

Fabio Rogério Moreira – Esse Webvoto não.

Aloísio Bueno Buoro – Webvoto é uma das empresas que presta esse tipo de serviço. Você conhece esse tipo de serviço? Não precisa ser necessariamente a empresa, mas esse tipo de serviço você conhece?

Fabio Rogério Moreira – Conheço.

Aloísio Bueno Buoro – Ok, obrigado.

Presidente – Concluiu, Conselheiro Fabio?

Fabio Rogério Moreira – Concluí.

Antonio Moreno Neto – ... Sr. Presidente, eu estava preparado para falar do item 3 em conjunto, mas devido à deliberação do Plenário eu vou falar primeiro com relação ao primeiro aspecto e depois eu gostaria de já estar inscrito para o segundo aspecto.

Presidente – Como eu esclareci ao Conselheiro Efetivo Virgílio, a palavra estará assegurada.

Antonio Moreno Neto – Obrigado. Sr. Presidente, sobre o item de votação virtual eu gostaria de fazer algumas considerações. Primeiro, nós aqui no Clube temos uma tradição de eleição presencial há muitos anos e por incrível que pareça têm pessoas que estão no Clube exercendo uma atividade das 9h da manhã às 5h da tarde e não se dirige para a votação, porque não tem interesse. Segundo, o senhor vê que a maioria, percentual maior das pessoas que votam são de Veteranos, que consideram um dever cívico de votar. Então, só para fazer um exemplo paralelo, sei que têm várias seções, mas por que para vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais, senadores, presidente não tem votação virtual? Porque a votação virtual, qual seja o sistema, ela é sujeita a problemas de confiabilidade. E nesse aspecto eu queria dizer, vou dar um exemplo simples. Várias pessoas têm dificuldade de votar, vai um Conselheiro, uma Conselheira, não estou afirmando, eu estou dizendo a possibilidade, de chegar lá, pedir a senha, não sei o que e votar pela pessoa, às vezes até pela dificuldade que a pessoa tem de votar. Então, eu acho que a tradição nossa e quem quer votar, não interessa se são 4 mil, 5 mil, 10 mil, os votos estão abertos para todos os associados e se quiserem votar, vão votar. Existem associados que não se importam em votar, talvez por não participarem das atividades no Clube, nesse sentido e não pensarem no futuro do Clube. Gostaria de encerrar, Presidente, dizendo que a minha proposta é a retirada de pauta deste item,

porque pode até nomear uma Comissão que seja, mas não acredito na credibilidade do voto virtual. Obrigado, Presidente.

...

Aloísio Bueno Buoro (aparte) – ... O meu aparte é justamente nessa sua consideração da propalada dificuldade com relação à credibilidade no voto ou o que for. Mas a mesma credibilidade que a gente tem, por exemplo, em fazer uma entrega de imposto de renda pelo celular, se eu quiser fisicamente entregar o imposto de renda, que era tradição no Brasil até 15 anos atrás, eu não consigo mais. Exatamente o mesmo tipo de voto que existe completamente assegurado com representação de e-CPF e assim por diante, ou seja, ... todas essas questões de segurança são absolutamente pertinentes, mas estão sendo tratadas e são tratadas o tempo inteiro em diversos fóruns diferentes. A minha pergunta aqui é: Dirimidas essas questões, ou seja, se o processo for seguro o senhor é contra ou a favor do voto online?

Antonio Moreno Neto – Sou contra e vou dizer uma coisa, imposto de renda não é voto, então, declaração de imposto de renda não é voto.

Aloísio Bueno Buoro – Eu me referi...

Antonio Moreno Neto – Desculpe, o senhor está perguntando e estou respondendo, não pode ter debate. Se tivesse essa segurança nós teríamos esses votos que citei de todos os nossos representantes políticos no país que fossem, virtual. Não existe essa segurança e, afirmo, não que eu seja conhecedor de grandes programas e assim por diante, não existe essa segurança. Eu acho que o dever cívico de votar de um associado pinheirense é no dia da votação. Obrigado, Presidente.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi (aparte) – ... Presidente Toni, o senhor tem uma extensa experiência na gestão e no acompanhamento da trajetória de vários clubes no Brasil. O Pinheiros tem uma posição de ampla responsabilidade, nós somos um Clube grande, pesado, que dita regras para muitos outros clubes do Brasil, nós não nos encontramos obrigados a realizar essa situação. Você sabe que sou uma pessoa de marketing, eu pergunto: Existem outros clubes de ponta, como o Pinheiros, no Brasil que já efetuaram esse tipo de transição, que tem Benchmark, por exemplo? Como vai ser feita a divulgação dos candidatos? É pela Revista, é de forma digital, é pelo WhatsApp, como é feita essa situação frente à LGPD? O senhor pode discorrer um minuto sobre isso, por favor.

Antonio Moreno Neto – Eu não tenho esse conhecimento da sua pergunta. Existem clubes que são, alguns poucos, que tem eleição direta, mas aí direta do associado, nenhum virtual, nenhum tem o procedimento, principalmente os clubes da ACESC e dos Sindi Clubes do Estado de São Paulo, não tem votação virtual.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Então o senhor considera que existe outra insegurança, além da insegurança do voto digital?

Antonio Moreno Neto – Sim.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Obrigada.

Bruno Adami Serine – ... Pessoal, como engenheiro de computação gostaria de destacar algumas preocupações críticas sobre a implementação de um sistema de votação online para o nosso Clube, para o Conselho. Elenquei aqui seis pontos para trazer para reflexão e poder adicionar para o entendimento de todos, está bom. Então, ponto número 1 – Sistemas online não são 100% seguros. Explicação, nenhum ambiente online pode ser considerado absolutamente seguro, pois existem diversos vetores de ataque. Um exemplo aqui, o ataque de ransomware de 2017, afetou instituições mundialmente, inclusive o sistema de saúde do Reino Unido. Isso demonstra que até infraestruturas altamente críticas e protegidas podem ser vulneráveis. Ponto número 2 – Mesmo uma autenticação de dois fatores não garantiria segurança. A autenticação de dois fatores, embora aumente a segurança, ela ainda pode ser contornada. Um exemplo para vocês: táticas como phishing ou SIM swap podem obter credenciais de autenticação e contornar essa proteção. Esses métodos já foram utilizados em ataques de alto perfil. Ponto número 3 – Anonimato online é difícil de garantir. Assegurar a completa privacidade e anonimato de um voto online é um problema complexo em criptografia e segurança de redes. Exemplo, a criptografia homomórfica, que permitiria contabilizar o voto sem revelar a escolha individual, ainda está em estágios experimentais e não foi validada em ambientes de votação de grande escala. Ponto número 4 – Integridade dos votos não é certa. A integridade do voto pode ser comprometida em vários pontos da transmissão de dados. Então, um exemplo para vocês, ataques Man-in-the-Middle, podem interceptar e alterar dados durante a transmissão, comprometendo a integridade dos votos. Esse tipo de ataque já foi utilizado para alterar transações financeiras online. Ponto número 5 – Auditorias são complexas. Sem um registro físico as auditorias tornam-se altamente complexas e menos transparentes. Os sistemas de votação eletrônico na Holanda foram abandonados, em parte, porque não permitiam auditorias eficientes e transparentes. Ponto número 6 e último, para finalizar – Mesmo os Estados Unidos são cautelosos. Até países com vastos recursos tecnológicos têm ressalvas quanto à votação online. Nas primárias democráticas de “Iowa”, em 2020, um aplicativo de votação mal testado causou atrasos significativos e colocou em dúvida a integridade dos resultados. Para fechar, a proposta de votação online é repleta de complexidades técnicas e riscos inerentes que, na minha avaliação o Esporte Clube Pinheiros não está preparado para abordar neste momento. Além disso, questiono a capacidade atual do Clube em contratar desenvolvedores de software qualificados para um projeto tão crucial, como evidenciado pela qualidade do aplicativo atual do ECP, mas esse é um tópico para outra ocasião. Muito obrigado a todos e, prazer, primeira vez que eu falo aqui.

Aloísio Bueno Buoro (aparte) – Você é recém engenheiro de computação, por acaso já fez prova na pandemia, com reconhecimento virtual, alguma coisa? Ou não?

Bruno Adami Serine – Aqui no Brasil era fraco, mas a da Itália tinha um bom sistema.

Aloísio Bueno Buoro – Então, você fez?

Bruno Adami Serine – Fiz.

Aloísio Bueno Buoro – Como que a prova pode garantir a presença de um aluno, se ele está ou não colando?

Bruno Adami Serine – O da Itália tinha um sistema de câmeras duplas, então você usava o celular e usava do computador.

Aloísio Bueno Buoro – Então, pode garantir?

Bruno Adami Serine – Eles faziam de tudo para garantir, mas eles não conseguiam 100%.

Aloísio Bueno Buoro – Então, existe uma garantia de que a gente pode garantir que uma pessoa é igual a uma prova, ou um evento, ou qualquer coisa dessa natureza, dá para garantir?

Presidente – Conselheiro, qual é o aparte?

Aloísio Bueno Buoro – Exatamente isso, se tem ou não essa facilidade?

Presidente – O Conselheiro já respondeu.

Fernando Kahtalian (aparte) – Não é minha área de atuação, então, não entendo muito da sua área. Você colocou de pontos 1 a 6 e citou a possível vulnerabilidade, correto?

Bruno Adami Serine – Perfeito.

Fernando Kahtalian – Aquele primeiro caso eu entendo phishing, entendo a questão da votação. Eu imagino que para quebrar todos esses sistemas você tem que ter, perdoe-me se estou falando um termo incorreto, algum hacker, algum sistema muito complexo para poder violar o sistema, correto?

Bruno Adami Serine – Depende do sistema.

Fernando Kahtalian – Está bom. Eu imagino que exista um interesse de violar um sistema de uma empresa, um sistema financeiro, você acredita que para eleição de Conselheiros do Esporte Clube Pinheiros alguém iria despender toda essa energia, tempo e dinheiro

para tentar burlar o sistema, para evitar que eu ou o senhor sejamos eleitos para esta nobre Casa? Você acha que isso é uma causa que as pessoas iriam despende tanto dinheiro, energia e tempo?

Bruno Adami Serine – Não consigo responder essa pergunta.

Fernando Kahtalian – Sua opinião, sim ou não?

Bruno Adami Serine – Não consigo responder essa pergunta. Basicamente eu acho que têm pessoas bem interessadas com a política do Pinheiros e que lutam com unhas e dentes, então, se vai ter um sistema eu gostaria que fosse o mais seguro possível, como engenheiro.

Fernando Kahtalian – Mas pessoas que estão interessadas iam gastar tempo para burlar e fraudar?

Presidente – Conselheiro, não há debate, ele já respondeu.

Fernando Kahtalian – É que fiz outra pergunta, bom, se não posso eu paro.

Alberto Sansiviero Junior (aparte) – Você considera que existem outras formas de votação não presencial, além da online, que poderiam ser mais confiáveis?

Bruno Adami Serine – É sempre importante que nós tenhamos algum registro físico, como eu mencionei na pesquisa. Então, acho que se a gente tivesse alguma forma de ter esse registro físico e que ele pudesse ser contabilizado e tivesse algum tipo de auditoria, acho que a gente poderia ter alguns métodos, não sei quais envolveriam, mas pensando em sistema em nível de logística eu acho que seria bem difícil. Então, ter um lugar para capturar esses registros físicos.

Alberto Sansiviero Junior – Sistema americano, por exemplo, que envia cédulas e recebe as cédulas de volta, um sistema não presencial que cria um registro e que pode ser mais confiável, por exemplo.

Bruno Adami Serine – De maneira distribuída?

Alberto Sansiviero Junior – De maneira distribuída.

Bruno Adami Serine – Mas aí também é outra logística, mas é um questionamento interessante.

Alberto Sansiviero Junior – Que estamos discutindo a questão do voto não presencial, então, têm diferentes vertentes. Obrigado.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia (aparte) – Conselheiro Bruno, primeiro cumprimentá-lo pelo pronunciamento, acho que você aqui é uma das pessoas que tem mais conhecimento da área, porque você é engenheiro de computação da Politécnica, é fundador de uma empresa de tecnologia. Minha pergunta é simples, acho que você ponderou alguns pontos que considero importantes, até porque como eu disse, você é da área. Você não acha que seria aconselhável, a princípio não sou contrário a estudarmos melhor esse assunto, mas você não seria favorável a uma eventual retirada de pauta para que possamos estudar com mais detalhes essa questão, até para termos mais segurança no futuro para discutirmos aqui uma eventual alteração nas nossas normas internas, para adaptarmos, eventualmente se o Plenário entender, a votação online. Você não acha que seria bom a constituição de uma Comissão Especial e estudarmos melhor. Aliás, se constituída uma Comissão Especial, sem dúvida o seu nome seria importante para integrar essa Comissão.

Bruno Adami Serine – Concordo, sou favorável.

André Franco Montoro Filho (aparte) – Primeiro, queria cumprimentá-lo pela brilhante exposição, aprendi muito. Mas me ficou certa dúvida a respeito do processo todo e do ambiente. Vou relatar, estudei nos Estados Unidos e uma vez tive uma prova, o professor deu a todos os alunos um envelope fechado e falou o seguinte: Quando vocês estiverem preparados abra o envelope e responda durante 2 horas. O que é? De ter confiança. As pessoas, que eu tenho conhecimento, fizeram isso. Eu fiz, está certo, por quê? Porque tem confiança. Pelo que você falou, também se fosse pensar no nosso atual sistema, que tem toda computação, isso e aquilo também poderia haver fraude, poderia alguma pessoa mudar o resultado, inverter as coisas, não tem impresso, então, as mesmas, talvez um pouco maiores, mas no mesmo sentido que a própria votação nossa agora tem falhas possíveis, o novo tem. Então, a questão é se nós temos ou não confiança no pinheirense. Segundo, se nós queremos que mais gente vote, que facilitar o exercício do voto. Eu acho que essa que é a questão, que qualquer sistema eu acredito que sempre vai arranjar alguém que vai conseguir afetar. Mas você concorda que é possível isso?

Bruno Adami Serine – Eu não entendi a pergunta, para ser sincero.

André Franco Montoro Filho – O sistema atual nosso é confiável ou não?

Bruno Adami Serine – Eu acredito que o sistema atual é muito mais difícil de ser violado do que um sistema potencialmente digital.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Mas é violável?

Bruno Adami Serine – É difícil eu dizer, não estudei a fundo, mas acredito que o sistema digital é muito mais facilmente violado do que nosso sistema atual.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Dr. Reis. Gostaria de cumprimentar o Bruno, realmente foi brilhante, só uma observação. Acho que a qualidade é superior à quantidade em termos de voto. Mas deixando isso de lado, não sei se seria o caso neste momento de consultar o Plenário, para saber se já foi devidamente esclarecido, porque acho que cada um já tem sua posição e devemos evitar nos alongarmos nesse tipo de votação, que traz um desgaste desnecessário. Obrigado.

Presidente – O pedido é regimental, vou colocar ao Plenário. O Plenário se sente suficientemente esclarecido? Aqueles que concordarem, permaneçam como estão. Aqueles que forem contrários, queiram levantar-se. (Pausa) Por unanimidade, o Plenário entendeu que está esclarecido. Então, vamos à votação. Inicialmente há um pedido de retirada de pauta, então nós vamos submeter o quesito. ...

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Sr. Presidente, só um esclarecimento. O pedido de retirada de pauta pressupõe que retornará a esta Casa esse assunto. Não seria o caso então de se formar uma Comissão eventualmente.

Presidente – Exatamente nesse sentido que será o quesito submetido à votação.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a retirada de pauta do processo CD-11/2021, a fim de que seja nomeada Comissão Especial para realizar um estudo mais aprofundado sobre a implantação do sistema de votação não presencial?

Resultado: 115 votos SIM, 42 votos NÃO, sem ABSTENÇÕES.

Presidente – ... Foi aprovado o pedido de retirada de pauta, com a constituição de uma Comissão Especial para tratar do tema. E esta Presidência nomeará e comunicará ao Plenário. Agora, vamos então à discussão do segundo assunto, que diz respeito à recondução de Conselheiros para a Diretoria.

José Luiz Toloza Oliveira Costa – ... Como eu disse, eu venho aqui reiterar o meu pedido de retirada de pauta desse item sobe-desce. Como disse aos senhores, não só esse item como o anterior são de suma importância e entendo que eles têm que ser bem melhor submetido a esta Casa com maiores detalhes, que sejam analisadas todas as influências, todos os nossos ordenamentos estão interligados a essa proposição. Como disse aos senhores, $\frac{2}{3}$ das pessoas, dos Membros que compõe a Diretoria do Clube têm que ser Conselheiros, então, os senhores imaginem, se o Conselheiro não puder voltar à Casa, que é sua Casa de origem, que é o mandato que ele teve, os senhores têm que levar em consideração, mandato é uma coisa de suma importância, os senhores não podem aplicar um cerceamento direto ao mandato que ele recebeu, essa ingerência que se aplica ao Conselheiro não é justa. Ele serve o Clube tanto no Conselho quanto na Diretoria, nós não podemos cerceá-lo, tirar uma pessoa competente para uma Diretoria e

impedir que venha aqui para o Conselho, ser competente também e colaborar com os nossos interesses. Os senhores têm que pensar mais em Pinheiros, o que estou vendo aqui, como eu disse, é uma questão mais política no momento, ela é de suma importância, tanto essa proposição quanto a anterior. Eu não sou contra, Conselheiro Marcelo Liberado, acho que V. Sa. é um dos que está encabeçando e que está defendendo essa proposição a todo o custo, eu sou a favor e prometo votar a favor, mas desde que seja muito bem estudada essa questão, Conselheiro Marcelo. O senhor foi eleito para seis anos, imagina o senhor estar impedido de exercer o seu mandato aqui. O senhor veja, todo o Legislativo, como já disse aqui, federal, estadual e municipal, o Parlamentar que está servindo o Executivo leva inclusive as imunidades que tem, não são privilégios, são prerrogativas. ... Então, o que estou pedindo a V. Sas. é o seguinte, não sou contra essa proposição, só que ela não pode de imediato, tem que ter o estudo de uma Comissão, analisar todas as vertentes que compõe este Conselho para ver o que é melhor para o Clube.

Marcelo Fincato Liberado (aparte) – Eu queria lhe corrigir, na verdade o Conselheiro não está impedido de descer a Casa, isso que gostaria que o senhor esclarecesse. ...

José Luiz Toloza Oliveira Costa – ... Evidente que ele está impedido, se o senhor está dizendo que fica temporariamente sem assumir o mandato que tem ele está impedido, Conselheiro.

Marcelo Fincato Liberado – O que acontece é o seguinte, essa que gostaria que você me esclarecesse, porque ele não está impedido de descer e votar, o que acontece simplesmente é retardar o retorno à Diretoria, esse é o ponto. Então, direito de votar e direito de descer ao Conselho ele não está impedido. O que acontece é em vez de voltar à Diretoria no dia seguinte ele pode voltar, conforme a emenda da nobre Conselheira, em 120 dias, é isso. Onde que está sendo impedido de exercer o papel dele?

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Acho que o Clube é o maior prejudicado, Marcelo, o senhor veja a capacidade aqui da família Montoro, uma pessoa que conhece a economia a fundo, esse senhor, esse nobre Conselheiro na Diretoria seria de suma importância. Agora, o senhor imagine, ele não poder retornar à Diretoria. ... Então, o que estou dizendo é o seguinte, o senhor pode ser utilizado na Diretoria e depois será impedido de exercer uma atividade de suma importância para o Clube, Marcelo.

Marcelo Fincato Liberado – Toloza, o Diretor tem que escolher se quer ser Executivo ou Legislativo, Diretor ou Conselheiro. ... Obrigado.

André Franco Montoro Filho (aparte) – ... A minha questão é a seguinte, você falou do Legislativo estadual, federal, você tem conhecimento se é permitido lá esse sobe-desce? ... A minha impressão é que há limitações.

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Não há nenhuma limitação.

André Franco Montoro Filho – Eu acho que há, porque o Deputado ou Vereador assume ele tem o auxílio de mudança, auxílio isso, uma série de coisas, que aí se viu que não poderia fazer esse sobe-desce imediato, essa foi uma das razões.

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Não há.

André Franco Montoro Filho – Você tem certeza que não há nenhuma restrição?

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Absoluta certeza.

André Franco Montoro Filho – Então sou favorável à retirada para a gente estudar isso melhor.

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Obrigado.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – ... Já existe em nosso regramento a impossibilidade de os Diretores votarem na aprovação de conta. Já existe obrigatoriedade de $\frac{1}{3}$ da Diretoria Executiva ser Conselheiro. O que o senhor acha, aí vem a pergunta, fazer uma mudança dessas no meio de uma gestão desequilibra totalmente a Diretoria Executiva composta, então eu acho que caso, eventualmente isso seja aprovado, que só possa ser feito em uma nova gestão, justamente para preservar o Clube Pinheiros nesse aspecto. Obrigado.

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Muito bem colocado, Presidente. Como eu disse, é de suma importância o tema, eu não sou contra, mas precisa ser melhor estudado. Como que nós vamos fazer agora no momento que $\frac{2}{3}$ da Diretoria tem que ser composta por Conselheiros, como que nós vamos fazer isso, o tema precisa ser melhor estudado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (aparte) – Quando se fala de $\frac{2}{3}$, qual a quantidade que o senhor está dizendo de Diretores que têm que ser Conselheiros?

José Luiz Toloza Oliveira Costa – O Art. 47 do nosso Estatuto está assim redigido, sobre Conselheiro: $\frac{2}{3}$ no mínimo dos Membros da Diretoria, especialmente o Presidente, o Vice-Presidente serão de nacionalidade brasileira e pertencentes ao Conselho Deliberativo, devendo outros integrar o quadro social há mais de cinco anos. Agora, um Presidente pode diminuir a Diretoria, nós temos sete Diretorias obrigatórias. Mas nós já tivemos aqui, acho que chegamos a 18 Diretores.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Estatutariamente são sete?

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Sete pelo Estatuto.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sete a 16.

José Luiz Toloza Oliveira Costa – Então, o senhor veja, $\frac{2}{3}$ desses 18 ou 16 têm de ser Membros do Conselho e esses Membros, de acordo com a proposta, ficarão aqui numa quarentena, não vão poder exercer mais, voltar à Diretoria e acho que o Pinheiros, nosso Clube é prejudicado com isso, entendeu, é isso só que estou falando. Vamos analisar melhor, vamos fazer uma quarentena, diminuir esse lapso temporal, outras coisas, vamos examinar com todas as vertentes do Clube. Por isso que peço a retirada de pauta, é por esse motivo.

Alberto Sansiviero Junior – ... Bom, para falar aqui sobre a proposta de regular a recondução de Conselheiros e Conselheiras aos cargos da Diretoria e Assessoria da Diretoria, eu acho que o que a gente tem de ter em mente é que a gente quer preservar a independência do Conselho em suas deliberações. Então, com isso, o que eu entendo é que essa proposta, a proposta que está em análise estimula a melhoria do nosso sistema de governança, preservando a correta divisão de atribuições proposta pelo nosso regramento. E conseqüentemente, dado que concordo com o regramento, a melhor qualidade de decisão. Nós somos todas e todos aqui voluntários nesse sistema e estou seguro que nós todos desejamos contar com o melhor processo de tomada de decisões. Nesse sentido, novamente, essa proposta nos convida a refletir sobre a conveniência de aprimorar esse nosso sistema de modo a garantir a total independência nos processos de aprovação. Eu tenho percepção de que se nós aprovarmos essa proposição ela será benéfica para todos nós, inclusive eu acho que especialmente as Conselheiras e Conselheiros que se dispõem a integrar a Diretoria que não estarão sujeitos a potencial situações de conflito de interesses e naturalmente as necessárias explicações quando eles desejarem se afastar da Diretoria para retomar suas funções no Conselho. Está preservada nessa proposta, eu acho que é importante a gente reforçar isso aqui em função da discussão, está preservada nessa proposta pelo que entendo, o direito de toda Conselheira e de todo o Conselheiro de retornar imediatamente ao Conselho e de seguir com as suas funções no Conselho. O que está se propondo é uma quarentena para retorno à Diretoria, o que está se propondo é que não possa sair na quinta ou na sexta-feira de uma semana para vir ao Conselho votar e retornar à Diretoria na segunda ou terça-feira da semana subsequente. Eu acho que esse é um caso de baixa governança, nós precisamos nos preocupar com a governança, com a independência dos Poderes e que os temas sejam, que a gente respeite o regramento e as atribuições de cada Membro integrante do nosso sistema, seja Diretoria, seja o Conselho. É isso. Agradeço a todos.

Aloísio Bueno Buoro (aparte) – Quando você se refere ao sistema, melhorar nossa governança, você pode dar um exemplo concreto de que tipo de conflito de interesse pode ter neste exemplo que você deu, sai na quinta-feira, volta na terça-feira, que tipo de conflito de interesse pode haver?

Alberto Sansiviero Junior – Acho que naturalmente, quer dizer, assim, alguém que integre a Diretoria, que está participando de determinada discussão e que sai para vir ao

Conselho votar, naturalmente será interpelado, como é, pelos seus Pares ou por sócios do Clube, dizendo: Qual é o motivo de você se afastar e voltar para o Conselho para uma votação? Se nós estamos querendo contribuir, qualquer um que queira contribuir, está contribuindo na Diretoria, contribui na Diretoria, vem aqui defender aquele ponto, exercer o seu papel como Diretor, como gestor e buscar aprovação daquilo que ele acredita. Não sair da discussão e vir ao Conselho para poder votar sem participar da discussão. Natural, flagrante conflito de interesse, né, acho que para dar um exemplo aqui, é dizer: Olha, estou numa área gerindo, sou responsável – Não vou dar um segmento – mas sou responsável pelo segmento A, tem um tema do segmento A que vai para uma discussão ao Conselho, eu vou ao Conselho para votar, eu saio da minha atribuição e vou lá votar a favor àquilo que eu mesmo estou propondo. Quer dizer, tira um chapéu, coloca o outro, eu acho que isso é um tipo de conflito.

Aloísio Bueno Buoro – Então, em tese você está dizendo que os Diretores que porventura hoje tenham feito têm conflitos de interesse nessa proposta?

Alberto Sansiviero Junior – Eu acho que eventualmente tem, na minha análise tem. Eu acho que se a gente quer ter um bom sistema de governança nós deveríamos preservar, de novo como falei aqui, a independência desses Poderes. Está na gestão, exerce na gestão, está no Conselho, exerce seu papel no Conselho. Está na gestão, quer voltar ao Conselho, volta ao Conselho, fica impedido de voltar para a gestão por um período de tempo. Nós temos duas discussões aqui sobre qual é o período de quarentena que vai se propor, mas que a gente tenha um período de quarentena. Obrigado.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi (aparte) – Uma pergunta. Quanto à questão de Compliance, digamos que existam diferente esferas de Compliance a serem atacadas hoje com questões muito urgentes, por exemplo, abaixo-assinados de sócios que estão sem serem levados adiante por anos. Ou então requisições frente a outras questões de voto ou de hierarquia de coisas que o Clube deva fazer que estão em aberto em disputas políticas durante muito tempo. Dada a presença de um Presidente que tem que ter uma força de espírito para fazer alguma coisa grande, digamos, reformar o salão de Festas, não acha que seja qualquer pessoa que consiga fazer isso. Digamos, dadas essas dificuldades políticas e as lutas de força entre a Diretoria e o Conselho, você acredita, no seu coração, que fazer com que não possa haver recondução dos Diretores vai fazer com que o Conselho facilite a gestão da Diretoria Executiva? Ou vai criar mais problema político com o efeito dominó em diversas questões aí do nosso regramento?

Alberto Sansiviero Junior – Acredito legitimamente que o nosso regramento é sadio e foi construído para evitar situações de conflito, atribuindo funções objetivas à Diretoria e ao Conselho. E que toda vez que a gente mistura essas atribuições nós criamos algo que não é favorável para a Instituição. Então, eu acredito que nós somos, todos aqui, os 217 Conselheiros senão me falha a memória o número, bem-intencionados e nós todos desejamos o melhor para o Clube. Eu acredito que na política, na discussão que a gente tem aqui, acredito em nosso Presidente Brazolin, que ele será capaz se desejar encampar

uma discussão desse tipo, de trazer elementos suficientes para o Conselho para que o Conselho possa formar sua convicção e votar por um tema. Acho que se a Diretoria e a Presidência é efetiva em convencer o Conselho, em apresentar argumentos suficientes, o Conselho votará com a Diretoria. Se não for suficiente, nós vamos voltar com o tema para discutir e refletir. O que acho importante é a gente preservar aquela que é a função de cada um desses órgãos. Essa estrutura tem um sistema de peso e contrapeso para que nós possamos ser eficientes do ponto de vista de gestão. Então, acredito que a gente tem de manter a independência.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – ... Presidente, ... eu queria fazer pergunta para ele sobre o modelo híbrido.

Presidente – Já fez o aparte, Conselheira, por favor. Obrigado.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Peço desculpas.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – Dr. Alberto, eu queria que o senhor respondesse só que sim ou que não. O senhor acha que um Diretor que se licencia para vir aqui votar conhece melhor aquele assunto que está sendo debatido? Ou não? Só sim ou não.

Alberto Sansiviero Junior – Não posso responder só sim ou não, vou responder objetivamente. Acho que ele conhece mais do tema e eu acho que ele tem obrigação de compartilhar com este Conselho toda informação que tem sobre o tema, para que o Conselho, soberano, tenha convicção sobre decisões.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Perfeitamente, o senhor respondeu sim. Meu muito obrigado.

Alberto Sansiviero Junior – Eu acho que é esse o ponto.

Alexandre Perrone Lomonaco (aparte) – ... Ouvir aqui a Conselheira Vanessa me deixou numa dúvida. Quando vem um Diretor aqui, ele não substituiu justamente os Suplentes do próprio partido, da própria chapa e por isso pensa exatamente igual?

Alberto Sansiviero Junior – É esse o meu entendimento, os grupos são eleitos e a Suplência é do mesmo grupo político.

Alexandre Perrone Lomonaco – É isso que eu queria entender. Obrigado.

Alberto Sansiviero Junior – Obrigado a todos.

Fabio Rogério Moreira – ... Eu vou resumir o meu entendimento. A subida e descida de Conselheiros, de Diretoria é um processo que já vem ocorrendo há muito tempo, em algumas situações se considera proveitoso, outras se considera um problema para essa

solução. Mas nós temos que analisar com mais detalhes, qual é o número de dias suficientes? Ah, 120 dias são suficientes, 60 dias são suficientes? Isso causa que perda à Diretoria na hora de ter esse Diretor não podendo retornar? Então, que os nossos Conselheiros analisem com mais detalhe. Eu acho que a gente precisaria ter mais propostas, inclusive hoje nós tivemos uma votação de mais ou menos 158, 159 Conselheiros, nós temos ainda muitos Conselheiros Suplentes que não estão vindo ou Conselheiros Titulares que não estão vindo. A gente tem de resolver esse problema também de ter maior votação não somente por parte dos Diretores quanto por parte de todo o Conselho. Então, vou pedir para que seja retirado de pauta e seja analisado com mais detalhes toda essa situação dos Conselheiros que são da Diretoria, se isso causa um problema para o Presidente, acho que também tem que ter anuência da Diretoria atual, do Presidente e que os Conselheiros tenham oportunidade de vir votar, sendo Suplentes e vindo exercer sua função. Muito obrigado.

Antonio Moreno Neto – ... Vou repetir aqui o que o Conselheiro Toloza falou, só para deixar bem registrado. O Art. 47, $\frac{2}{3}$ no mínimo dos Membros da Diretoria, especialmente Presidente, Vice-Presidente serão de nacionalidade brasileira e pertencentes ao Conselho Deliberativo, devendo os outros integrar o quadro social há mais de cinco anos. Como foi falado aqui, vai de sete a 16. Dois terços precisam ser necessariamente Conselheiros. O que eu queria colocar, primeiro, é que os Conselheiros atuais foram eleitos com Estatuto e Regulamento Geral atuais e deve ser mantido até o término dos seus mandatos. Segundo, no Estatuto, quando tem uma eleição, lá diz que os grupos ou chapas terminam na data da eleição, que não é verdade, que continua, todos os grupos continuam. O que acontece? Vários Conselheiros ou alguns Conselheiros mudam de grupo, de chapa, eles vão para outra chapa e eles vão ser Suplente daquele Conselheiro que foi eleito pela mesma chapa. O que acontece? Quando esse Conselheiro vai para a Diretoria, esse Conselheiro Efetivo é substituído pelo Conselheiro Suplente que está em outro grupo político. E aqui infelizmente a gente tem que só tratar essa parte política, porque apesar de todo esforço que nós estamos fazendo para a gente ter um grupo unido, as coisas não estão indo nesse caminho. Então, o que acontece? Se tem um assunto que seja importante e o Presidente no exercício do seu poder, ele pode baixar, como fala, o Diretor para ele vir ao Conselho. E o assunto importante não é para aquela Diretoria e nem para aquela pessoa, é um assunto importante para o Clube. E quando ele baixa é que aquele assunto tem importância para o Clube e quem vai resolver isso são todos os Conselheiros, os Conselheiros que vão dizer se realmente aquele aspecto, aquele tema é importante. Então, existe esse problema que é muito sério, porque se você não baixa o Diretor, o Suplente que por um motivo foi para outra vertente política, se for uma coisa muito radical, ele vai votar contra e talvez não seja bom para o Clube. Então, esse aspecto eu acho muito importante. Outra coisa é o seguinte, como exemplo e já foi falado aqui. Os Deputados Federais que são eleitos que fazem parte da Câmara Federal e os Senadores que são do Senado Federal, os Vereadores das Câmaras Municipais que exerce uma função na área executiva, por exemplo, o Ministro, no momento que há necessidade de uma votação nos devidos grupos de assembleia, de câmaras e assim por diante, eles podem retornar a sua situação para que o voto dele seja

consolidado com os demais, essa é uma prática que no Brasil é feita diretamente. Outro aspecto é o seguinte, o Conselheiro, como foi dito aqui também, ele tem o seu mandato garantido e se ele estiver prestando um serviço a convite da Diretoria e retorna, se você fizer uma quarentena, duzentena, sei lá como que chama. Vou dar um exemplo bem prático, um Diretor, que é de Patrimônio que esteja realizando algumas obras, reformas no Clube, ele vai ser obrigado, por participar de uma assembleia, de uma reunião, é baixado da Diretoria e será obrigado a esperar um tempo sem exercer a sua função, isso é um absurdo, isso é um absurdo.

- Manifestação de Conselheiro fora do microfone: É só não baixar.

Antonio Moreno Neto – É só não baixar na sua opinião. Eu sei que é sua opinião, mas todas as Diretorias, e eu fiz parte e que me sucederam, inclusive do seu partido e do meu, sempre baixaram os Diretores. Estranho agora estar aparecendo neste momento esse assunto, porque todos baixaram os Diretores, respeitando, como disse o Conselheiro Ivan, respeitando aprovação de contas e outras reuniões que não podem, que elas são conflitantes com o exercício da Diretoria. Mas se for uma boa causa, todos os Diretores podem ser baixados. E aí quem perde com isso, quem perde em retardar uma decisão por aspecto político é o Clube, o Clube perde. E se o tema que for colocado no Conselho tiver abrangência e que todas as correntes achem que seja importante para o Clube, todos vão votar a favor. Eu acho que isso é uma coisa que nós devemos refletir com muita calma. Outra coisa que queria enfatizar, que já falei, é que esse sistema já vem há muitos anos sendo aplicado aqui no Clube e nunca teve algum problema maior por causa disso. Nunca. Eu queria, até me solidarizando com o Conselheiro Toloza, pedir a retirada de pauta para estudar melhor esse assunto. Os senhores vejam que tem aí emenda de 60, sei lá quantos dias, 90 dias, não sei o quê, que é uma coisa que precisa ser estudada. E eu sugiro que se faça uma Comissão com todos os grupos, um elemento de cada grupo aqui participando do Conselho, para a gente votar esse assunto com embasamento. Muito obrigado, Presidente.

Alexandre Fiore Weyand (aparte) - Obrigado pela sua explanação. Realmente, o que você falou é verdade, independentemente do grupo político desde que o Clube é Clube, eu tenho 13 anos de Conselho, mas até onde saiba sempre teve esse sobe-desce. O que eu vejo é que ele ocorre muito ou praticamente nas eleições, ou seja, eleição de Presidente de Diretoria e eleição de Presidente de Conselho. O que eu fico aqui me questionando é exatamente acho que o ponto da Suplência. Ok, eu entendo que quando, teoricamente a gente entra aqui neste Conselho os grupos são dissipados. Não existe, mas você disse, é verdade, as chapas continuam. Quando você, Presidente de Diretoria nomeia Diretores vindos do Conselho, vamos supor que até pegue da lista de Suplência, vai andar a fila, certo, né? E aí o que acontece? Se essa pessoa que andou da fila muda de chapa, por exemplo, como fica, entendeu?

Antonio Moreno Neto - É Suplente do Conselheiro Efetivo *ad eternum*, por dois anos é Suplente.

Alexandre Fiore Weyand - Sim, mas na chapa.

...

Antonio Moreno Neto - Seis anos.

Alexandre Fiore Weyand - Da chapa, é isso?

José Manssur (fora do microfone) - A Suplência permanece.

Alexandre Fiore Weyand - Eu entendo da Suplência...

Antonio Moreno Neto - O Conselheiro, só respondendo a sua pergunta, o Conselheiro é Suplente, ele, não tem nada a ver com a chapa, ele é Suplente do Conselheiro Efetivo X.

Alexandre Fiore Weyand - Entendo. Está bom. Obrigado.

Antonio Moreno Neto - Só não entendi sua pergunta, o seguinte: Você falou que para eleição de Presidente e Vice-Presidente baixar os Conselheiros.

Alexandre Fiore Weyand - Não,...

Antonio Moreno Neto - Termina o mandato deles, têm de ser baixados, termina o mandato.

Alexandre Fiore Weyand - Talvez não tenha ficado claro, estou dizendo que no período que estou aqui nesta Casa, nas eleições aqui dentro, visto que nós somos uma Casa que faz eleição indireta, ou seja, para a Presidência do Conselho, respectivas Comissões, para Presidência da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal é recorrente esse sobe-desce. O que fico pensando é assim, não existe a moda pega. Em outras reuniões, essa reunião aqui, não sei se têm Diretores que foram baixados.

Antonio Moreno Neto - Tem.

Alexandre Fiore Weyand - Ok. Obrigado, respondeu minha pergunta, porque na minha cabeça isso acontece mais nas eleições, entendeu. Obrigado.

Antonio Moreno Neto - Presidente, queria só deixar minha proposta, que é retirada de pauta com nomeação de uma Comissão constituída de todas as vertentes políticas aqui do Conselho, pelo menos um elemento, não interessa se é proporcional, um elemento de cada vertente para se fazer uma proposta que seja bem analisada para os Conselheiros e Conselheiras analisarem. Muito obrigado.

Presidente - Muito obrigado, Conselheiro Efetivo Antonio Moreno Neto, será submetido ao Plenário no momento oportuno.

Cândido Padin Neto - ... Foram duas discussões muito importantes hoje. Na primeira até iria fazer um aparte ao meu companheiro Sá, pela brilhante explicação dele. Sou sempre a favor de que haja uma melhora do Conselho. Nosso Conselho é um pouco corporativista e eu faço parte disso e posso dizer. É difícil nós avançarmos em mudanças, mas essas mudanças eu acho que têm de ser feitas. Eu sou a favor da gestão profissional, sempre falo isso, porque na Casa há o corporativismo, mas se eu levar isso aos sócios, com certeza os sócios vão adotar essa ideia, porque oxigena o Clube, oxigena as empresas, como já falamos com alguns Presidentes que nos escutaram, que os professores da GV, da USP, como mostraram, talvez seja de suma importância. Como disseram alguns Presidentes, aqui o Toni, eu acho que tomar essas deliberações de uma alavanca só, vamos dizer assim, ela se torna um pouco difícil, mas nós temos que estudar esses problemas. Quando falamos da votação nós temos um mundo de elementos que possamos implantar para que as eleições possam trazer mais sócios e mais votos, independentemente de ela ser virtual, isso pode ser implantado aqui dentro do Clube. Então, nós temos de andar nesse caminho. E na proposta desse sobe-desce nós sabemos aqui, isso eu cansei de ver, desce a Diretoria, sobe a Diretoria em todas as Diretorias, em todas. Quando o assunto é de importância para a Diretoria aprovar descem todos. E o Diretor que não votar a favor não sobe para o cargo na segunda-feira. Então, isso é horrível. Agora, temos de estudar essa situação. Nós tirarmos também seis meses de um Diretor eu acho que não tem como fazer isso, o Clube para um pouco, mas o Diretor numa votação pode vir aqui e dar substâncias ou dar esclarecimentos ao Conselho sobre o que está sendo votado e ele não precisa sair da Diretoria. Então, têm meios para fazermos isso. Então, toda hora que vier esses assuntos eu acho que nós temos de subscrever, é para formar já as Comissões, se o Conselho aprova o assunto, que já seja estudado e já seja feita a Comissão para isso. Era o que eu tinha a falar. Muito obrigado a todos pela atenção.

José Manssur - ... Eu vou buscar sintetizar o que V. Sa. muito bem sumariou. A proposta principal estabelece que havendo a desvinculação, essa é a proposta principal, retornando o Conselheiro ligado à Diretoria, retornando ao Conselho, ele deve permanecer no Colegiado durante todo ano fiscal. Com a capacidade que lhe é peculiar, o ilustre Conselheiro Andreas Fein constatou claramente uma discrepância, uma pequena falta de isonomia, dizia ele no exemplo que trouxe, isso criam situações desiguais. Aquele que se desvincula, Conselheiro Diretor e retorna em janeiro, ele permanecerá o ano todo. Aquele que faz este mesmo procedimento em novembro, ficaria dois meses. Daí porque o ilustre Conselheiro Andreas Fein propõe este tempo de 60 dias. A ilustríssima e preclara Conselheira Luciana Pastore Antonio também é da mesma posição, mas limita em 60 dias. 120, 60 o senhor. Mas com a sensibilidade que lhe é peculiar já abre uma exceção, já diz que quando houver eleição para Presidente da Diretoria aí ele pode voltar ao Conselho, se desvincular e retornar, já abre uma exceção, reconhecendo, portanto, que esta norma tem que ser interpretada de outra forma. Pois

bem, Sr. Presidente, este é o sumário do que se discute. O Art. 35 do Estatuto Social, em seu parágrafo 4º, estabelece que o Presidente, o Vice-Presidente, bem como os Diretores de Área, Adjuntos e o Assessor de Planejamento, quando Conselheiros ficarão automaticamente licenciados do Conselho Deliberativo pelo tempo que exercerem os seus cargos, está é a regra do Estatuto. E este mesmo Art. 35, estabelece a forma de substituição deste Conselheiro licenciado pelo Suplente, que há de ser obviamente da mesma chapa. Veja, Sr. Presidente, todo este Plenário, as ilustres Senhoras e os ilustres Senhores foram eleitos sob esta regra. Se porventura nós viermos a aprovar ou a proposta principal ou qualquer uma das emendas estaremos criando uma nova disposição. Os eleitos, as eleitas, pela ordem, e os eleitos, eles incorporaram seu patrimônio um dispositivo que está na Constituição Federal, que é o direito adquirido, o ato jurídico perfeito - Não vamos falar a terceira que não é o caso - e estabelece, é um princípio da Constituição da República e aí eu recolho as palavras do ilustre e por quem tenho afeição particular, Dr. Junqueira, que certas questões de índole constitucional, elas têm que ter uma discussão *cum grano salis*, com um pouquinho de temperança. Poderia a lei nova que nós viermos a consagrar hoje retroagir para atingir o direito adquirido de quem fora eleita e eleito no sentido de que ele pode se desvincular do Conselho e aceitar uma nomeação da Diretoria e, depois, se entender necessária sua participação no exercício - E irei a este ponto em seguida - amplo do mandato para o qual foi investido e que lhe pertence. Fora, externamente o mandato pertence ao partido e o Supremo já assim decidiu, porque os partidos são regulados e a Lei Federal que assim estabelece. Aqui não, não havendo esta vinculação do candidato eleito ao partido, o mandato lhe pertence e o associado ao votar e elegê-lo já sabia desta possibilidade, porque está contemplada na lei. Então, primeiro quesito que eu coloco é uma questão constitucional, a lei, que se nós viermos aqui a aprovar, ou a principal ou qualquer das emendas, ela não pode retroagir, sob pena de ferir a Constituição da República, Art. 5º, inciso XXXVI, no que estabelece o ato jurídico perfeito e o direito adquirido. Este é o primeiro ponto de inconstitucionalidade. O segundo ponto, Sr. Presidente, diz respeito ao Art. 47, que já foi dito aqui dos ⅔. Aqui está estabelecido o princípio da autorregulação dos Poderes, que são independentes. Este Conselho pode muito, mas não pode tudo, não pode regular o ato do Executivo, disciplinando o tempo de retorno ou o tempo de permanência, não pode regular a investidura ampla e plena que o voto da democracia representativa, que é a que vigora neste Clube e que consagrou pelo voto secreto aquelas e aqueles que não de representar o corpo associativo, não pode haver restrição de direito, isso já foi dito aqui por outro, melhor do que eu, o mandato é pleno, ele não pode ser restritivo, esta norma não pode impedir o exercício amplo da investidura e do mandato. O tema não é novo e falo isso com maior respeito às Conselheiras e Conselheiros de mandato mais recente. Esta matéria já veio por diversas vezes ou por mais de uma vez a este Conselho da mesma forma e não mereceu guarida à luz desse princípio constitucional que retratei e do princípio estatutário que li. Sou Conselheiro há 35 anos, sete anos e meio dos quais por benemerência das senhoras e dos senhores ocupei a Presidência. Tive a honra e o privilégio de exercer a Presidência no mandato de quatro Presidentes do Executivo, que acredito que todos estejam presentes aqui - Sim, estão os quatro presentes aqui - Todos, absolutamente todos se valeram do mesmo predicado, retornaram quando havia

necessidade ou quando, não se sabe, o Conselheiro Diretor pediu para poder exercer na plenitude o seu mandato, apresentando as suas convicções. O Art. 68 do Regimento Interno do Conselho dirime praticamente toda discussão e preocupação dos senhores, ao estabelecer, Art. 68 do Regimento Interno do Conselho, se a memória não me falhar - Sim, é o 68 - quando se tratar de matéria em causa própria ou de assunto em que tem interesse individual, o Conselheiro estará impedido de votar, mas pode participar da discussão. A questão de impedimento é de foro íntimo, nós não podemos criar regras de impedimento que fuja ao padrão individual de cada qual. Na votação para aprovação das contas, na votação para aprovação da proposta orçamentária nós declaramos impedidos os Diretores que retornaram porventura ao Conselho, porque participaram desta matéria. Para que outro ilustre Conselheiro não afirme, mas como eu tenho muito carinho por ele, eu já relevei que usei de um tempo mais do que o normal, eu encerro, Sr. Presidente, para dizer que a matéria ainda não se encontra madura para ser deliberada, como madura não estava a anterior, razão pela qual e pelo meu voto eu acompanho aqueles - Meu voto era pela rejeição - mas em homenagem a esta Casa, às senhoras e aos senhores e principalmente ao princípio da prudência, da temperança eu acompanho aqueles que pediram para retirada de pauta. Não sou muito adepto deste tipo de proposta, ou é ou não é, mas neste caso, a prudência, que não se confunde com hesitação, a cautela e a temperança à luz dos princípios do direito adquirido e do amplo exercício do mandato, que não pode ser restringido por ninguém, a não ser pela assembleia que os elege, é que entendo, com a devida vênia, Sr. Presidente, que o melhor a fazer, com a devida vênia, é se retirar o assunto de pauta. Era o que eu tinha a dizer.

José Luiz Toloza Oliveira Costa (para requerimento) - Sr. Presidente, desculpe, fazer um requerimento. Eu sei que não é democrático, mas nós ouvimos Conselheiros propondo a retirada de pauta, como eu e Conselheiros não propondo a retirada de pauta. Eu entendo que a matéria está muito bem esclarecida já, Sr. Presidente, desejo que V. Exa. consulte o Plenário se estão aptos a votar ou se há necessidade de mais pronunciamentos, porque serão divididos, como já ocorreu. Acho que tivemos aqui seis ou sete, três de um lado, quatro do outro, acho que a matéria está suficientemente esclarecida, Presidente.

Presidente - Conselheiro Toloza, o assunto é delicado, complexo, nessas horas que o Plenário do Conselho deve se pronunciar. Vamos ouvir, temos quatro inscritos aqui. A matéria é importante, Conselheiro Toloza, e precisamos dar a importância que este Conselho merece e oportunidade para os Conselheiros. São cinco Conselheiros e Conselheiras inscritos. Então vamos ouvi-los.

Pedro Paulo Wendel Gasparini - ... E venho a esta tribuna e vou falar brevemente, dizendo que não só respeito, como escutei com muita atenção os Conselheiros que me antecederam. Tenho por todos o maior respeito pessoal e intelectual, mas peço licença para me filiar um pouco na linha do que o Conselheiro Sansiviero falou desse púlpito, no sentido de que a discussão de hoje, de muita relevância, ela na verdade guarda relação

com algo que é da modernidade do direito, é algo das mudanças que são necessárias serem implementadas com cautela. Dr. Manssur, me fez refletir muito o que disse aqui deste púlpito com relação à temperança das alterações. Mas hoje nós vivemos um mundo de siglas, ESG, como todos conhecem, o Compliance virou hoje uma questão que tem que ser muito debatida, mas as mudanças que se pretendem implementar com as proposições estão diretamente relacionadas à melhor governança do Clube. Não tem relação, no meu modo de ver e com aquilo que eu quero propor aos senhores e às senhoras, com partidos ou situações de plantão e com questões políticas pessoais, tem mais a ver com uma questão da discussão moderna, que me, desculpem os colegas que me antecederam, é da essência das discussões modernas dos Parlamentos. Esta vedação está em discussão nos ambientes da comunidade europeia, como recentemente um PL no Congresso Nacional, que não foi aceito, porque padecia de um vício de origem que queria vedar e fazer perder o mandato daquele Parlamentar que fizesse o sobe-desce. Não é disso que se trata aqui. Houve aqui a temperança, houve aqui a consciência de se vedar e não deixar que se perpetuasse no tempo esta impossibilidade, estamos aqui a falar de 60 dias, 120 dias, a implementação desde já ou depois de uma Comissão, não é essa a discussão, mas que a mudança na Governança há que ser feita em nosso Estatuto, há que ser feita, porque esta mudança visa, repito, não ser na verdade adrede colocada por esta ou esta questão política, mas não nos esqueçamos, toda mudança legislativa é uma tentativa de nós nos antevermos a um mau uso do instituto. O que nós não queremos e tenho certeza que nenhuma Diretoria anterior, nem esta e espero que nenhuma futura, vá fazer mau uso deste sobe-desce, não é disso que se trata. Mas nós precisamos aperfeiçoar o nosso Estatuto no que diz respeito a isso, não é. O Legislativo moderno, não nos esqueçamos também, o Legislativo moderno e aqui nós neste Conselho fazemos uma função legislativa, o Legislativo moderno cada vez mais deixa de ser Legislativo e passa a ser fiscalizador, por quê? Porque não é toda vez que nós nos reunimos aqui que nós alteramos Estatutos do Clube, nós fiscalizamos. O nosso poder fiscalizador enquanto assembleia sobeja nas nossas atividades. Então, eu fiz uma anotação aqui, que a possibilidade de Conselheiros ocuparem os cargos no Executivo, queiramos ou não afeta o pleno papel fiscalizador deste Conselho, por isso que nós devemos fazer com sobriedade. E só para terminar, eu gostaria de a guisa de reflexão, certamente me contrapondo a nobres colegas que vieram aqui falar antes de mim, que quando um Parlamentar no Legislativo deixa o cargo, ou aqui, quando um Conselheiro deixa um cargo e deixa o seu mandato para ocupar esta posição no Executivo, me desculpem, mas a vontade original do seu eleitor não está sendo respeitada, porque o candidato foi eleito para legislar e fiscalizar e não para integrar o Poder Executivo.

Francisco Flaquer Filho (aparte) - ... Primeiro, queria cumprimentá-lo, que foi a melhor explanação que eu vi. Parabéns. Depois eu queria só te fazer uma pergunta: Pelo que você estudou e tudo mais, qual é a sua avaliação com relação a esse tempo que a pessoa deveria ou não ficar, sair do Conselho? Você tem alguma sugestão?

Pedro Paulo Wendel Gasparini - Eu não tenho uma resposta a isso e realmente Dr. Manssur me fez refletir. Eu estava tendendo a achar que os 120 dias eram mais do que

razoáveis, porque como eu disse aqui, nós estamos tentando vedar, não é o caso deste Conselho, mas o mau uso do sobe-desce.

Francisco Flaquer Filho - Concordo plenamente.

Pedro Paulo Wendel Gasparini - Então, eu não tenho uma resposta, com o tempo acho que isso deve ser fruto de um debate amplo aqui entre nós. Nós temos a plena capacidade de com parcimônia e com bastante competência dizer qual é esse tempo. Mas que há de haver um tempo para o sobe-desce, desculpe-me, Dr. Manssur, o sobe-desce lhe incomoda, mas da desvinculação ou não, eu acho que é um aprimoramento e nós vamos ao encontro das regras de ESG e Governança.

Francisco Flaquer Filho - Parabéns.

Pedro Paulo Wendel Gasparini - Muito obrigado.

Alexandre Perrone Lomonaco - ... Dr. Gasparini, o senhor fez aqui um discurso que eu nem deveria vir falar, concordo plenamente. Vou falar porque têm algumas coisas que precisam ser ditas. Primeiro, eu fiquei muito preocupado, fico muito preocupado e gostaria que quando chegássemos em casa, pensássemos no seguinte, escutei aqui várias vezes algo sendo dito, tipo: Mas se o Diretor não vier para o Conselho votar, como é que o Clube fará? Ué, mas espera aí, nós temos pretensão que algum grupo de 40 Conselheiros que por acaso estão na Diretoria não voltando aqui não podem ser substituídos por um dos outros 39 mil associados deste Clube ou pelos outros 200 que estão aqui. Essa visão que ninguém sabe nada, só quem está na Diretoria. E não cabe lembrar que aqui nesta Casa tem gente que está na oposição hoje e que já foi Diretoria. Ué, eles estão agora aqui, então, podemos contar com eles. Essa conclusão de que quem está na Diretoria que sabe, primeiro, já há um momento que a Diretoria, quando é um projeto da Diretoria tem direito de falar, justamente por isso, o nosso Regimento é sábio, a Diretoria vem falar justamente para dizer o que tem e atender a todas as explicações pedidas no Plenário. Em alguns assuntos, como PO, são pedidas explicações ontem, na demonstração de contas são pedidas antecipadas. Então, veja, acho que nós como pessoas, associados não podemos ter a pretensão de que quando estamos na Diretoria sabemos mais do que qualquer um dos outros 39 mil associados deste Clube, desculpa, essa pretensão não cabe, deve ser repensada. Depois, veja, me causa estranheza ser proposta a retirada para melhor estudo, porque, veja, não sei se será aprovado esta noite. Espero que sim, mas já é a terceira ou quarta vez que vem. Então, veja, cada uma e estou acompanhando isso e ajudando na discussão, cada vez que veio aqui foi feito um melhoramento, foi feita melhora, adaptação. Então, vou recordar, acho que das outras duas vezes o aprendizado que foi dado é esse aqui: Mas não podemos interferir no mandato do eleito, isso é uma norma constitucional. Parabéns, perfeito. E por isso a proposta que temos hoje não interfere, a proposta que temos hoje não interfere no mandato do Conselheiro. Vamos lá, vou pegar aqui o da Luciana, que é meio parecido: Os Membros do Conselho Deliberativo que vierem a ocupar cargo na Diretoria ou Assessoria

da Diretoria, caso dele se afastem ou se licenciem - da Diretoria, importante, caso se afastem ou licenciem, da Diretoria, não do Conselho, da Diretoria, esse é o aprendizado que foi feito para isso passar, da Diretoria - a qualquer título, retornando ao exercício do mandato no Conselho Deliberativo ficarão impedidos no prazo de 120 dias corridos voltarem a ocupar qualquer cargo na Diretoria. Onde está a restrição ao Conselho, ao mandato do Conselho? O cara passa 120 dias fora da Diretoria, não do Conselho. Aí fez as pazes com o Presidente, volta à Diretoria. Dois dias depois vem um assunto ao Conselho que ele tenha interesse, qual será a restrição de ele vir ao Conselho? Nenhuma. Cadê a restrição ao mandato? Não há restrição a mandato nenhum, o que há é uma proposta para fazer o que me antecedeu, Gasparini, Sansiviero, que é separar dois Poderes que deveriam ser separados, é muito simples, não há restrição a mandato de nenhum Conselheiro essa proposta nova da Luciana. Então, veja, não há restrição a mandato do Conselheiro, a restrição que o cara fique com os dois pés. Vejam, eu nunca vi um cara aqui indo lá pedir voto para o sócio e falar: Veja, me eleja. Olha, eu vou ser Diretor de pescaria do Clube, mas quando tiver algum assunto de interesse da Diretoria eu desço ao Conselho e voto. Quero ver alguém fazer o pedido assim e ter voto do sócio, porque esse discurso só vale aqui, agora, para dizer que é político, não sei o quê. Não tem nada de político. Deixe-me dizer, é a terceira ou quarta vez que vem aqui, eu votei todas a favor. Assinei todas as propostas, todas as vezes que veio essa proposta eu assinei. Vamos continuar com o aprendizado. Outro aprendizado muito importante colocado aqui. No meu grupo eu falava, quando a Luciana perguntou, vou fazer uma emenda. Falei, olha, é importante colocar uma coisa, que nada tem a ver com separação de Poderes, é um momento que são feitas as eleições no Conselho, é eleição do Conselho e eleição da Diretoria. Eleições no Conselho, qual é a restrição que eu tenho que preciso separar os Poderes? Eu não preciso, aí nesse caso nós vamos justamente disputar poder. E aí todos os integrantes dos mais votados de cada grupo é que votarão. E está filiado aqui, Dr. Manssur acabou não lendo completa a questão, vou ler, porque precisamos fazer se passar uma mudança na redação, que é o seguinte: Nos casos específicos das votações para eleição do Presidente do Conselho Deliberativo, não só do Presidente da Diretoria, do Conselho também, é uma inovação justa, eleição para o Presidente da Diretoria, eleição dos Presidentes das Comissões Permanentes e da Presidência do Conselho Fiscal. Aqui, Dr. Guilherme Reis, a gente precisa, se passar, pedir que a Comissão de Redação modifique... que está aqui Presidência do Conselho Fiscal e não é Presidência, é o Conselho Fiscal, porque o Conselho Fiscal é por partes, então, passando, precisa fazer um ajuste aqui, é isso. Outro aprendizado, este é um momento, eleição é um momento que não está se discutindo as questões que os Poderes precisam ser separados, é um momento de discussão política e aí estamos liberados. Podem se licenciar e voltar no dia seguinte, porque não vieram discutir algo que a Diretoria propôs e o Conselho é que tem que dizer em nome do sócio se faz ou não, vão discutir justamente a questão política. Neste momento não há restrição, pode vir da Diretoria e votar na própria Diretoria e voltar em seguida para a Diretoria, nenhuma restrição. ... E finalmente, senhores, a última eleição tinha 500 candidatos. Tudo bem, tinha uns fakes, vamos dizer que tenha 300 candidatos, isso significa que nós temos uns 200 Suplentes. Esses 200 Suplentes que queriam entrar, eles querem participar, eles querem representar o associado e eles têm

o direito de representar. Quando eu fico devolvendo a Diretoria ao Plenário, estou dizendo que o Suplente não tem direito e que alguém que foi indicado na Diretoria tem duplo direito. Gente, não faz o menor sentido, desculpa, não faz sentido retirar proposta, o que faz sentido é aprovar, porque o aprendizado que tinha que ser feito já foi feito. Pois não.

Palmira Izilda Lourenço Campos Vergal (aparte) - Então, a gente não vai ter mais Diretor para descer e subir, baixar, como vocês falam, então, nós vamos pôr quem não é Conselheiro ser o Diretor, é isso que vocês estão propondo?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Palmira Izilda Lourenço Campos Vergal - Precisamos de mais ou menos 40 Diretores, então, se vocês não querem que baixe, sobe-desce, sobe-desce, então, nós vamos ter que ficar, pôr monte, como tem agora, já vi gente que não é Conselheiro e é Diretor.

Alexandre Perrone Lomonaco - Palmira, vamos lá, é o que eu falei no começo do meu discurso. Não tenhamos a pretensão que os 40, 50 que estão na Diretoria saibam mais do que todo mundo, não tenhamos nem a pretensão de que os 200 que têm aqui saibam mais do que todo mundo. Temos 39 mil sócios para serem Conselheiros ou Diretores, como assim, se eu sair da Diretoria não tem ninguém? Como não tem ninguém? Que papo é esse, gente? São 39 mil associados, não são 200, não são 40...

Palmira Izilda Lourenço Campos Vergal - Mas não pode vir falar aqui, gente, eles são 39 mil, mas não é Conselheiro.

Presidente - Não pode haver debate, Conselheira, por favor.

Alexandre Perrone Lomonaco - Quem sai do Conselho escolheu ir para a Diretoria, é isso. Obrigado, gente. Boa noite.

Roberto Cappellano - ... Vou tentar ser bem sucinto aqui, porque está meio avançado e vou ser célere. Só queria fazer umas colocações que foram repetidas para ter não um contraponto, para prevalecer o que ocorre com o Clube para todos saberem. Primeiro, a gente pode até ver hoje aqui que tem bastante Diretor aqui, até poderia querer falar, estão impedidos ou não estão impedidos, fica bem claro ou não quando desce a Diretoria ou não desce a Diretoria. Muitos falaram aqui de $\frac{2}{3}$ de Conselheiros, só explicar para quem não sabe, esses $\frac{2}{3}$ são da Diretoria Executiva, que são de sete a 16 mais o Assessor de Planejamento. Outra coisa que precisa ser colocada aqui, que passou batido, todos os Suplentes empossados já são Conselheiros, eles atendem a essa cláusula, então, todas as últimas eleições, pode pegar para Presidente, tudo, que precisa ter no mínimo sete e pode até botar alguém com mais de um ou dois cargos, seria um Suplente empossado, ele atende ao que manda o nosso Estatuto. Então, os $\frac{2}{3}$ de Conselheiros da Diretoria Executiva servem para todos os Conselheiros e todos os Suplentes empossados. Outra

coisa que passou batida aqui, que foi falado muito, que fazendo uma comparação com o Legislativo, porque o Conselheiro foi votado e o Conselheiro votado tem que exercer, concordo plenamente, já dou de antemão. O Conselheiro tem que vir aqui e votar para Presidente da Diretoria, do Conselho, porque ele foi eleito e ele tem que votar. E quando conversei com a Luciana, falei: Luciana, você tem que botar, que acho que é um direito do Conselheiro, mas o resto, quero só colocar, como nosso voto não é uno, esse papo que eu votei no Conselheiro não existe, porque a gente pode votar em 10, pode votar em 15, pode votar em 20. Quando você quer fazer uma comparação com o Legislativo, a eleição lá é diferente, você vota em um Deputado, um Vereador ou um Senador, então, a gente não pode comparar critérios de eleição que você põe um representante com o mesmo critério que a gente adota no Clube, é completamente diferente, você pode votar em 15 pessoas, você pode ter um apreço por aquele partido, chapa, o nome que quiser dar àquele grupo político que vai estar lá. Outra coisa que precisa ser colocada aqui e faz parte da evolução do Clube, em 2016 nós mudamos o critério de Suplência, então fez 16, 18 e 20. Até 2014, o critério de Suplência era dos mais votados que entrava. Com a nossa mudança, hoje o Suplente é da chapa, é do partido, daquele grupo político, não é mais daquele Conselheiro, como foi colocado aqui, é o grupo que está lá. Um Membro daquele grupo se ausenta ou está licenciado, entra uma pessoa daquele grupo. Então, também mudou o critério e a consequência da mudança do critério é essa renovação da Suplência. Outra coisa bem rápida para falar, eu percebi que alguns Conselheiros aqui estão muito preocupados com o momento. Eu acho que ninguém tem que prejudicar o Brazolin, pelo amor de Deus, isso aqui é para o futuro, até porque já é a quarta vez. Agora não é mais com olhar do Conselheiro, a regra é para não voltar para a Diretoria. Dr. Guilherme Reis tem todo o conhecimento, poder de fazer uma emenda da Mesa e fazer uma disposição transitória, isso não tem problema nenhum, isso aqui é só conversar seja com as lideranças, como falou o Dr. Antonio Moreno, seja com quem quiser, com todos nós Conselheiros e fazer uma disposição transitória para funcionar daqui para frente. Está certo, o Brazolin foi eleito de uma forma, compôs a Diretoria de uma forma e tem que seguir assim, não pode ser prejudicado. Mas tem disposição transitória para tudo, a gente fez disposição transitória para um monte de coisas aqui no Clube, para um monte de legislação que a gente colocou, é só querer fazer, é saber se quer ou não o conceito, a disposição transitória você pode fazer. Obviamente que a proposta do Conselheiro Marcelo Sampaio, o Xexa, de um ano eu acho muito rígida, acho desproporcional, porque acho que mesmo o cara sendo impedido de voltar para a Diretoria pode defalcar a Diretoria, mas eu também tenho certeza, como muitos Conselheiros falaram aqui, que qualquer associado que votou na gente, ele não vai ficar feliz quando a gente está lá na Diretoria, desce para votar uma coisa do nosso próprio interesse, ele não vai gostar disso, eu tenho certeza, por causa de Governança e Compliance. E eu falo de cátedra, quando fui Presidente baixei Diretor, cada um com seu sentimento ou com sua diligência, mas a força da Diretoria e do Presidente é absurda, pelo amor de Deus, é um absurdo, só perde votação quando a Diretoria é muito ruim, porque não tem como perder votação, porque você tem um poder enorme para discutir esses assuntos que são da Diretoria. Então, acho que é importante para a Governança, para o futuro do Clube ter isso. Tem uma proposta do Conselheiro Andreas, que são 60

dias, eu acho um prazo bom. Tem 120. Se o Guilherme ou o Plenário achar que tem que fazer a Comissão é um caminho, mas eu acho que a gente tem que enfrentar isso e tem que se adequar. A gente vem e fala: Ah, vamos criar uma Comissão de Governança e Compliance, aí estamos lá discutindo se vai ou não vai, vai ou não vem, com prós e contras, isso também faz parte, óbvio que faz parte. E quando o Conselheiro é eleito eu acho que o direito dele de eleger o Presidente para tudo é o direito sagrado. Para finalizar, repetindo, a vedação é para voltar à Diretoria, não é para exercer o Conselho, essa é a quarta vez que vem, como o Conselheiro Lomonaco falou. As outras vezes vinha ao Conselho e o aprimoramento foi agora na volta da Diretoria. Se o Plenário achar que não está suficientemente esclarecido podemos ir para a Comissão, mas vamos estudar isso aqui com carinho, pessoal, acho que isso aqui é importante para o Clube, desde que não prejudique o Presidente Brazolin. O Brazolin está lá, foi eleito desse jeito. O papo dos Conselheiros ter ou não ter direito não é do Conselheiro, o papo é da Diretoria, o Conselho continua pleno para fazer tudo. Ah, só para finalizar, que também foi colocado, que acaba o mandato. Não, o mandato acaba a cada terço, acaba a cada dois anos na eleição para o Presidente do Conselho e a cada um ano não acaba o mandato. Então, ninguém também vai ser prejudicado nesse sentido, como foi colocado aqui. É isso, encaminho, se não for retirado de pauta, para aprovar a proposta da Luciana Pastore, que acho que é mais condizente com a nossa realidade. Ou com o prazo do Andreas, mas sempre deixando o Conselheiro para poder votar para Presidente, porque mesmo o voto não sendo individual, ele é o Conselheiro, ele é o eleito, até porque quando ele sai aqui, desce a escada, cruza com algum associado, fala: Pô, você votou no Dudu Malato, você votou no Foguinho para Presidente, no Cappellano, no Andreas. Aí o cara responde: Fui eleito e votei em que eu quis. Então, acho que isso é importante também, até para a gente exercer a democracia aqui dentro. Boa noite e obrigado.

Andreas de Souza Fein – ... Eu acho que aqui é um momento que nós estamos tendo uma discussão bastante madura sobre esse ponto. Realmente é muito difícil simplesmente negar de plano alguma reflexão maior sobre esse incremento. Primeiro, só uma correção ou uma complementação. Não são apenas os Diretores de Área que são Conselheiros e que teriam que ser sujeitos a essa quarentena, os Adjuntos também e aí a quantidade passa muito mais do que os quatro ou cinco e pode realmente, vamos dizer assim, deixar um pouco manca, né, Dr. Manssur, a gestão do Clube. Mas eu concordo que isso pode ser, com o devido planejamento, pode ser substituído seja por Suplente, seja por associados. O Conselheiro Lomonaco lembrou uma coisa, que eu inclusive acho que é pouco utilizado aqui no Clube. Nós temos uma série de associados com competências diversas que poderiam dar sua contribuição ao Clube. Talvez não façam por desconhecimento da possibilidade, etc. Bom, isso posto, eu tenho que levantar uma hipótese que talvez seja um pouco rara, mas que existe e que deveria ser considerada. Alguém que seja Conselheiro e que foi convidado a participar da Diretoria, estando no exercício da Diretoria pode eventualmente receber uma pauta, porque os Diretores recebem a pauta para tomar conhecimento, ele vê um assunto e fala: Opa, este assunto aqui eu quero me manifestar. Vou dar um exemplo por absurdo. Vamos imaginar que alguém faça uma proposição de vender metade do Clube e com esse dinheiro fazer uma

sede ha 70 Km daqui de São Paulo com o triplo do tamanho, muito mais ofertas e existe uma polêmica grande: Pô, esse Conselheiro que está na Diretoria, se ele se sentir incomodado, vai falar: Não, eu faço questão de participar desses debates e ele então estará impedido de voltar à Diretoria e isso não tem absolutamente nada que ver com a política, com a gestão, com nada. Então, esse é um ponto que não está contemplado em nenhuma das proposições que estão em discussão aqui, nem na proposição original, nem na emenda modificativa da Conselheira Luciana e nem na minha emenda.

José Manssur (fora do microfone) – Mas ela está implícita, Conselheiro, se ele voltar vai ter um período.

Andreas de Souza Fein – O senhor tem toda razão, ela está implícita. Não, o que eu quis dizer, Dr. Manssur, é o seguinte, caso ele desça terá que obedecer a quarentena, está certo. E o objetivo desta quarentena é muito mais haver uma separação dos Poderes. Eu estou mencionando um caso em que não tem separação nenhuma de Poderes a considerar. Então, esse é um ponto. E o terceiro ponto que eu queria comentar e já encaminhando meu voto, que já antecipo. Eu acho que a questão, embora já tenha sido discutida três vezes, essa aqui é a quarta vez, está evidente pelos debates que estão sendo travados aqui que ainda há pontos muito importantes a serem amadurecidos, na linha do que o senhor falou, da temperança. Nada contra, quem é que vai ser contra a melhoria do ordenamento do Clube. Mas há vários pontos, por exemplo, qual é o prazo ideal? 60 dias, 120, 120 dias úteis. A minha proposta fala de 60 dias úteis. 90 dias corridos, 180, não sei.

José Manssur (fora do microfone) – Duas sessões, uma sessão?

Andreas de Souza Fein – Pois é, exatamente. Também pode haver outra coisa, quais são as outras exceções? A Conselheira Luciana muito acertadamente levantou duas exceções, que são as votações aqui feitas na Casa para as Presidências tanto da Diretoria quanto do Conselho. Então, eu entendo e finalizando, Sr. Presidente, meus prezados colegas, eu acho que é um assunto importante, eu acho que ele deve ser debatido sem hesitação. Se houver a formação de uma Comissão – Sr. Presidente, os Presidentes do Conselho sempre tomam o cuidado de delimitar um prazo para que seja apontada a conclusão desses trabalhos. Acho que deve ser apontado num prazo não muito longínquo – mas eu acho que há espaço e há necessidade sim de mais esclarecimentos. Então, o meu voto vai na linha de outros que já propuseram aqui, pela retirada de pauta e que seja formada uma Comissão para vir com uma proposta final e detalhada, com todas as exceções, prazos, condições, etc., para que nós, quando votarmos, votemos numa proposta o mais fechada possível. Eram essas as minhas observações. Muito obrigado pela atenção.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Fein. Não há mais inscritos. Há um pedido de retirada de pauta, nós vamos então submeter à votação este pedido de retirada de pauta. Por favor, vamos projetar o quesito.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a retirada de pauta do processo CD-11/2021, a fim de que seja nomeada Comissão Especial para realizar um estudo mais aprofundado sobre a implantação da restrição ao sobe-desce?

Resultado: 78 votos SIM, 68 votos NÃO, sem ABSTENÇÃO.

Presidente – ... Foi aprovado, então, o pedido de retirada de pauta para constituição de uma Comissão Especial para realizar um estudo mais aprofundado sobre a implantação do sistema.

Item 4 - “A Voz do Conselheiro”.

Pronunciamentos

Paulo Sergio Machado Izar – ... Hoje trago as seguintes reclamações, reivindicações e sugestões dos associados: 1. Alguns associados, no último final de semana, voltaram a questionar sobre a possibilidade de revitalização do lago. Hoje pela manhã, consultei o Diretor Álvaro Latorre – que faz um excelente e minucioso trabalho – e ele informou que há um projeto em andamento. Achei por bem trazer o assunto ao conhecimento de todos, pois trata-se de uma reivindicação comum a vários outros associados; 2. Volto a abordar um tema sobre o qual já discorri várias outras vezes: a cobertura dos bicicletários, principalmente das Portarias da Escolinha e do Tênis. Em dias chuvosos ou com períodos de chuva, as bicicletas ficam molhadas e muitas pessoas as utilizam para deslocamentos profissionais e não dispõem de vestimenta apropriada ou panos de secagem para poder deixá-las em condições de uso sem que fiquem com as roupas também molhadas; 3. Outro assunto recorrente são as irregularidades observadas nos pisos intertravados. Somente entre o Centro Esportivo e o Bar do Futebol observou-se na semana passada mais de 8 pontos com blocos soltos. Atendendo ao pedido de alguns associados, percorri algumas alamedas e realmente não é difícil constatar a existência de blocos soltos e pontos de desnivelamento, como ocorre em frente ao boliche, por exemplo. O período de chuvas mais frequentes e intensas ainda está por vir e o ideal seria fazer um pente fino o quanto antes; ... 4. Vários associados me procuraram para relatar um procedimento que observam há anos: o tempo perdido no processo de abertura e fechamento da Revistaria Pinheiros. Segundo disseram, a montagem e desmontagem dos expositores leva cerca de 1 hora pela manhã e 1 hora à noite. Portanto, diariamente, são 2 horas perdidas, justamente em horários de pico e de movimento. Uma sugestão seria fazer um fechamento com painéis de vidro “tipo varanda” sobre trilhos embutidos no piso. Com isso a Revistaria ficaria constantemente montada e teria seu horário de atendimento ampliado, além disso, os títulos ficariam expostos e poderiam ser vistos a qualquer momento e adquiridos após a abertura da

Revistaria. Todos saíam ganhando; 5. Por fim, um associado esteve recentemente em Roma e foi ao clube Circolo Canottieri Aniene (Tem aqui o site, vou deixar com vocês). Lá foi informado que o clube possuía parceria/intercâmbio com o Club Athletico Paulistano. Ele questionou o porquê de o ECP não possuir acordos semelhantes com outros clubes nas principais capitais do mundo. Se temos intercâmbios com universidades para fomento do esporte amador, poderíamos ter algo parecido para atividades recreativas e sociais de todas as idades. É isso. Obrigado. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Palmira Izilda Lourenço Campos Vergal – ... Minha vinda aqui à tribuna dá-se ao motivo de ter ouvido e conversado com vários sócios, inclusive eu como mãe e com algumas mães, preocupadas com a logística do pedestre no estacionamento que transita pela mesma rota dos veículos no estacionamento da Tucumã é realmente preocupante. Outro dia fui atropelada, um cara foi dar ré, eu estava atrás e ele não me viu. Não me machuquei, claro, mas pode acontecer com uma criança menor, porque sou grandinha e gordinha, não sei como ele não me viu. Assim, peço ao Sr. Presidente que veja com carinho um possível remanejamento. Melhor seria um projeto que adeque essa situação, lembrando que o Sr. Brazolin, o nosso querido Presidente, trabalhou para alargar a calçada do estacionamento. Mas agora há necessidade na rota dos veículos, independentemente da rota dos pedestres junto à acessibilidade. É só isso. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Marcelo Giordano Beyruth – ... Alguns sócios do Clube me fizeram as seguintes solicitações para falar aqui na Voz do Conselho. A primeira, Sr. Presidente, é com relação à segurança nos arredores do Clube. Muitas pessoas frequentam, andam por vota do Clube para ir até ao shopping, para ir até a uma padaria, para dar uma volta no Clube ou andar fora do Clube e elas solicitaram maior atenção com relação à segurança. Estão acontecendo vários roubos aqui em volta, de moto, pessoas com arma, puxando celular, passando com bicicleta e puxando celular na mão. Então, de repente colocando alguns seguranças em volta do Clube talvez iniba esse tipo de coisa. Segunda solicitação é com relação ao estacionamento da Tucumã. Quem vem aqui das 4h às 6h da tarde não entra no estacionamento, a gente fica parado aqui na porta com o carro várias horas, porque o pessoal vem buscar as crianças, tem segurança, tem motorista que para o carro aqui dentro. Então, não sei, peço à Diretoria, já conversei com o Brazolin, um bate-papo informal, acho que a Diretoria precisa dar uma olhada e verificar como pode resolver esse caso. De repente passar parte desse movimento para o outro estacionamento da Faria Lima, tentar minimizar os nossos problemas, porque vem de repente no final do dia fazer um esporte aqui no Clube e fica 30 minutos para entrar, isso é um absurdo. Outro ponto que recebi das mulheres, lógico, elas pediram para aumentar o salão de cabeleireiros do Clube. Muitas estão reclamando que não tem espaço, que elas vêm e pegam filas, ficam esperando. Eu realmente não frequento, não sei, mas foram várias mulheres reclamando. Acho que a Diretoria precisa dar uma verificada nisso, de como melhorar esse espaço para essas mulheres. E por último, não menos importante. Eu recebi WhatsApp de uma mensagem de uma funcionária do Clube chamada Sônia

Santos, que foi demitida. Trabalhava na Central de Atendimento do Clube. Ela descreveu dentro dos Pais Pinheirenses uma situação muito triste aqui dentro do Clube. Ela sofreu assédio moral, o que ela coloca lá me assustou porque foi minimizada dentro dos funcionários dentro do Clube da posição dela. Foi interessante a situação dela, porque agradeceu a saída do Clube, agradecendo ao Clube, agradecendo as pessoas que trabalharam com ela, mas fazendo esse tipo de colocação com relação a chefe dela, inclusive ela colocou lá, ela chama Marli do Carmo, parece que a chefe da Central de Atendimento. Ela sofreu assédio moral aqui no Clube. Estou comentando isso, porque me assustou. Já trabalhei em várias empresas, isso aconteceu com uma pessoa que trabalhava comigo, é uma situação muito complicada e o Clube não pode deixar isso passar. Se isso está acontecendo a gente precisa tomar uma atitude drástica e verificar o que está acontecendo. Então, peço à Diretoria, com todo carinho, com Compliance, RH, verifique esse caso, porque o mais triste de tudo é que não parou por aí. Várias pessoas começaram a comentar, me falaram que várias pessoas já passaram por isso, deram nomes nos Pais Pinheirenses, então, aconteceu alguma coisa. Então, peço à Diretoria, com muito carinho olhe por isso. Isso é inadmissível acontecer aqui dentro do Clube, então, a gente precisa acabar com isso aqui. Se estiver acontecendo isso precisa terminar. Obrigado a todos. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Sérgio Henrique de Sá – ... Bem, falando da Voz do Conselheiro, é o seguinte. Primeiro, com relação ao Tênis ... Queria que a Diretoria do Tênis e a Diretoria obviamente Executiva do Fábio Ferraro analise e o retorno dos quatro funcionários que faziam manutenção das quadras à noite. A gente está com problema de manutenção. Houve uma reforma na gestão do Ivan Castaldi, que realmente muitas quadras melhoraram, mas a gente tem um problema agora que virá nas chuvas. A partir de setembro a água vai correr solta e a gente têm problemas na quadra coberta, que por mais que se façam restaurações a gente precisa. Salgado, eu peço encarecidamente que faça um estudo, peça a quem de direito, retornar os quatro funcionários. Não vem falar que é questão de orçamento, que a pandemia, isso já foi. Nós estamos em 2023, daqui a pouco 2024, está na hora de colocar os quatro funcionários. Para quem joga Tênis, como eu jogo – Os brincalhões que não vem ao Tênis, eu tenho 620 jogos em cinco anos, então, eu frequento sim o Tênis e sei muito bem o que é bom, o que é mais ou menos e o que está melhor do que estava antes, está certo. Então, do alto dessa autoridade não só minha como das pessoas que conheço, – Está muito alto, por isso diminuiu o som? Ok. – quero dizer o seguinte, então, por favor, Salgado, conto com sua colaboração, a gente está junto sempre. Estive na reunião que a gente falou dos pessoais, que espero que esse assunto venha logo, logo para cá de novo, para o Plenário, os pessoais do Tênis, espero que a Diretoria resolva, conto com o Brazolin e com sua sapiência para resolver isso. O segundo pedido é o seguinte, com relação aos bares e restaurantes. Tenho uma relação bacana com o Andrezinho Patury, que é o Diretor de Área, mas precisa voltar – O Boliche funciona até 11h30 mais ou menos – não dá para fechar o bar às 9h30, 10h da noite parar o serviço, por uma razão simples. Na semana passada tive um desprazer de ver um associado alcoolizado interpelar – O Diretor não está, está ali o Diretor Adjunto João De Martino Júnior – estava jogando, esse cidadão veio falar com dedo em riste no sábado,

que: Onde já se viu, porque a culpa é dele, a culpa é do Andrezinho. Juro por Deus, só não chamei – Até minha esposa chamou o segurança e ficou aguardando. Não fiz o RO para não acabar com as 90 pessoas que estavam fazendo o torneio. Então, isso é muito grave, a gente tem que instigar animosidade, faça o bar funcionar e bote, aliás, um segurança agora todo sábado para evitar esse tipo de associado mal-educado, porque senão da próxima vez com certeza eu vou chamar a segurança, meter um RO nesse babaca. Mas o que não pode é dar milho, como dizia o caipira, milho para o bode. Ou seja, vamos abrir no horário normal, as pessoas às vezes querem consumir uma água, um refrigerante, não a cerveja que esse imbecil quis pedir. Então, acho que a gente tem que ter um pouquinho mais de bom senso. Senhoras e senhores, a pandemia acabou, então, vamos voltar para os horários normais os bares e restaurantes. Eu vou bater na porta do Andrezinho para verificar se isso será feito, porque o associado está realmente reclamando. Quem frequente o Boliche, que é o bar que fica mais extenso de todas as seções aqui do Clube, eu gostaria que isso fosse providenciado. ... Muito obrigado, senhoras e senhores. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Item 5 - Várias.

Pronunciamentos

Maria Luísa Papaiz Refinetti Werner – ... É a primeira vez que peço a palavra, estou no Conselho há pouco mais de um ano e como Assessora do Tênis na seleção especial alguns meses. Apesar da pouca experiência nesse segmento eu sou sócia do Clube há mais de 35 anos. Fui atleta da Ginástica Olímpica por quatro anos e hoje tenho privilégio de poder acompanhar meus dois filhos em seus esportes principais, o Tênis e o Futebol neste Clube que é tão especial para mim. Acredito no esporte competitivo como formação e norte dos indivíduos e por isso hoje faço parte deste Conselho, sempre prezando por um Clube forte, coerente e em evolução. O motivo de pedir a palavra hoje se refere ao que tenho vivenciado no Tênis de nosso Clube. Vivemos em um estado de desunião e sofremos ataques mensais de um grupo que a meu ver enxerga qualquer outra área do Tênis, que não a social, como um inimigo, um concorrente para uso das quadras. Com isso, presenciamos constantemente as mais diversas teorias conspiratórias contra as demais áreas do Tênis. Um mês os vilões são os pessoais, o outro competitivo, no outro a escolinha e recentemente até mesmo a própria Diretoria Executiva foi alvo desses ataques. Meu ponto aqui é fazer um alerta, um apelo a este Conselho e às Diretorias, precisamos de um basta e acredito que caiba a nós Conselheiros, Membros da Diretoria desestimularmos o que hoje chamo de comportamento persecutório. Enquanto vivemos nesse clima separatista, rodeados por críticas destrutivas não chegaremos a lugar nenhum. O Tênis precisa de união e de um clima saudável e todos temos que lutar juntos pelas melhorias que tanto acreditamos. Críticas construtivas devem ser bem-vindas. Eu mesmo já fiz diversas críticas à Diretoria da Escolinha e foi sempre ouvida. Essa troca é fundamental para evolução de nosso Clube. Sou testemunha do quanto nosso Tênis, Escolinha, Infanto-Juvenil evoluiu e do trabalho intenso da nossa Diretoria de base e alto

rendimento, que não mede esforços para atender os sócios. Agora, é fato que não temos espaço para todos, como gostaríamos. E não adianta seguirmos um braço de ferro. Temos um projeto muito bem elaborado de construção de novas quadras em cima do estacionamento novo da Faria Lima. Por exemplo, as fundações estão prontas, a construção é rápida e pode ser financiada em parte por patrocínio. Por que, por exemplo, não nos unimos para tirar isso do papel? Ou então, por que não nos unimos para buscar um possível centro de treinamento próximo ao Clube para os atletas do competitivo? Será que com isso não fortaleceríamos os treinos e ainda liberaríamos quadras? Vejam, não quero agora entrar no mérito da discussão dessas ideias. A segunda, por exemplo, é totalmente prematura, mas uso os exemplos apenas para mostrar que podem existir formas de resolvermos a situação do Tênis sem nos digladiarmos. Afinal, todas as áreas do Tênis são importantes. Temos uma forte demanda em todos os nichos e um apoia o outro. Por exemplo, já viram algum jogador chegar ao Tênis Jogar com um parceiro sem antes, no início da sua experiência ter feito aulas em grupo ou um personal. Não, aulas formativas são o princípio básico para que possamos chegar ao nível de apenas chegar e jogar. Treinos do competitivo ensinam resiliência, responsabilidade, dedicação, respeito ao próximo. Esses atletas um dia também estarão no Tênis Jogar, mais velhos e carregando essa bagagem fundamental. São exemplos de aulas de formação a escolinha, seleção especial, competitivo, aulas com pessoais, que se diga de passagem, também são sócios, como nós. Todos, um dia, chegarão ao Tênis Jogar puro. Portanto, não há um sem o outro, somos todos parte do mesmo sistema. Por isso, já é hora de arregaçarmos as mangas e darmos as mãos em busca de um Tênis mais forte, mais unido e cheio de títulos. Personais precisam de um respiro para se sentirem estimulados e buscarem sempre evoluir e não viver no medo, buscando no dia a dia uma forma de se protegerem dos constantes ataques. Já pararam para pensar, pessoais são tão sócios quanto nós e que seguem a regra de uso de limite das quadras, assim como todos. Pois então, por que não podemos escolher como utilizá-las? Por que escolhem usar seus horários ajudando e formando outro associado que está satisfeito em tê-lo como parceiro de quadra, por que deveriam ser recriminados então? Por que cerca de 460 sócios, alunos de personal, participantes do Tênis Jogar devem viver nesse clima e estado de alerta? Ou então, por que não podemos olhar para a quadra ao lado e ver atletas, jovens, uniformizados, utilizando as quadras e não nos orgulharmos? Esses mesmos jovens e atletas que hoje recebem a formação através do esporte, assim como eu aprendi na Ginástica Olímpica e assim como muitos de vocês devem ter aprendido no Tênis ou em outros esportes, amanhã podem estar como eu estou aqui, lutando em defesa de um Clube em harmonia e evolução. Concluo, esse é meu apelo. Estamos cansados, queremos ver os olhos de nossa Diretoria, funcionários e todos os envolvidos no Tênis voltarem a brilhar. Queremos um Tênis forte e unido por todos nós. Obrigada.

...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sr. Presidente, é possível em Várias fazer um complemento a um pronunciamento de um Conselheiro?

Presidente – O senhor se refere a um aparte?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não sei se seria aparte.

Presidente – Sim.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Eu demorei um pouquinho para descer e queria fazer um aparte à Conselheira, se ela me permitir.

Presidente – Ela já concluiu.

Maria Luísa Papaiz Refinetti Werner (fora do microfone) – Não permito fazer o aparte, porque meu intuito aqui é de união e não de levar à discussão novamente.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não é nesse sentido. Eu falo com ela no particular.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – ... Somos Diretores de base e alto rendimento e lutamos há anos, desde antes de sermos Conselheiros, quando éramos pais, quando um pequeno grupo de 20 ou 30 pessoas que diariamente causa danos à imagem do Tênis pinheirense, lançando na seção e nas redes sociais inverdades que, repetidas à exaustão levam ao sócio menos familiarizado com a seção a impressão de que lá há problemas. Mas não há, 99,9% dos 4.200 frequentadores estão felizes. Os outros pouquíssimos, muitos, sem filhos ou netos para cuidar ou matriculados nas escolinhas, seleções, aulas particulares e coletivas, atazanam as vidas de seguidas Diretorias já há anos com discursos ofensivos e inverdades. Atitudes essas que hoje os levaram às barras das Comissões de Ética, CPPJ e até da justiça comum. Providências que doravante vão aumentar, pois pessoas de bem e com conhecimento técnico jurídico tomaram pé das táticas de intimidação e destruição de reputações e passaram a reagir, como é normal. Não estamos mais nos anos 70, quando crianças saíam da escola às 12h30 e chegavam ao Clube às 13h30. E nem quando se saía do trabalho às 17h e chegava-se ao Clube às 18h para jogar, sendo que, é importante lembrar, não havia o trânsito caótico que há hoje. Atualmente as crianças saem da escola às 16h, 16h30 e os profissionais do serviço às 19h, 20h. Todos querem ter aulas de Tênis final de tarde e à noite, mas a turma desses 30 insatisfeitos eternos acha que está errado, acha absurdamente que às 18h deve haver 18, das 24 quadras à disposição do Tênis Jogar e azar de quem quiser ter aula. Vejam, senhores, temos sócios nesses horários, mais de 300 que fazem aulas coletivas, aulas de escolinha de Tênis, aulas na seleção especial, jogam raquetinha e têm aulas particulares com até quatro sócios na quadra. Eu, incrivelmente ouço não diariamente, mas semanalmente pelo menos o seguinte: Paradedda, entregue três quadras onde treinam e jogam 40 crianças, das 18h às 18h45, porque nós não queremos essas crianças lá nesse horário. Esse horário é de adultos. Seria engraçado se não fosse trágico. Consegui, com a inestimável colaboração do Raul, do Ney, do ex-Presidente Ivan, do Presidente Brazolin uso do salão de Festas com mini quadras, para aulas terças e quartas. Com isso, acomodamos 200 crianças que estavam na fila, pequeninos de 4 a 10 anos.

Então, para a turma desses 30 insatisfeitos eternos, os pais deveriam ficar felizes e quietos. Mas não é assim, temos 900 filhos e netos de pinheirenses aprendendo a jogar Tênis de manhã até à noite, 19h. Enquanto eu for Diretor isso não mudará um centímetro. Da mesma forma, acredito que o direito de quem tem aula coletiva e particular com até quatro pessoas em quadra deve ser preservado. A turma dos 30 gostaria de tirar quem treina às 7h da manhã e colocar às 11h, isso mesmo. Mudar o horário da pessoa das 7h para 4 horas adiante, como se não tivesse que trabalhar. E quem faz às 18h passar para as 21h, como se essas pessoas não tivessem vida nem compromissos baseados em seus horários das aulas de Tênis. Talvez porque dessa turma dos 30, 28 ou 29 joguem todos ou quase todos os dias à tarde com toda tranquilidade e sem filas. Aí encham a boca para dizer que “Estamos lutando pelo Tênis Jogar”. Não é verdade, lutam pelas suas pautas e contra as aulas, nada mais. Portanto, de minha parte e do meu grupo há o compromisso inarredável com o sócio usuário de todos os produtos e idades do Tênis, diferente dessas 30 pessoas, que só reclamam. Esse era meu pronunciamento. Obrigado.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – ... Primeiro, eu quero formalizar na tribuna que não autorizo a divulgação de minha imagem e nem a reprodução total ou parcial desse pronunciamento, fora os meios oficiais, que são: a ata da reunião do Conselho e a transmissão on-line para sócios, protegido por senha. Alguns podem estranhar porque iniciei meu pronunciamento dessa forma. Vivemos em uma era onde a nossa imagem e voz podem ser manipuladas e usadas contra nós. É por isso que estou aqui hoje para abordar uma questão de suma importância para todos nós associados. Se puder colocar a projeção agora.

- Projeção.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – A razão para essa declaração inicial é a preocupação que as reuniões do Conselho podem ser filmadas por qualquer um dos presentes e disponibilizadas na internet para acesso irrestrito. Em junho eu tomei conhecimento de um canal no YouTube, denominado ECP NEWS Oficial, onde um pronunciamento do Conselheiro Rodolfo Serine está disponível, até o momento que eu fiz essa explanação, para qualquer pessoa acessar. Além de tudo, esse é um canal monetizado, o que significa é que há anúncios e o proprietário do canal pode ser remunerado por isso. Não tenho conhecimento se o Conselheiro Rodolfo deu ou não sua permissão para tal, mas se fosse comigo eu certamente não permitiria. Ameaça dos deepfakes, onde a imagem e a voz de uma pessoa podem ser clonadas e utilizadas em vídeos falsos é real e já está acontecendo em muitos lugares. Para aqueles que não estão familiarizados, deepfakes são vídeos manipulados, usando inteligência artificial para fazer parecer que alguém disse ou fez algo que nunca aconteceu. A Diretoria já está em contato com o YouTube – Pode colocar a próxima tela – A Diretoria já está em contato com o YouTube para identificar o proprietário deste canal. E se for constatado que esse canal pertence a um sócio do Clube, medidas rigorosas devem ser tomadas. Estamos falando da monetização de informações exclusivas do Clube, compartilhamento não

autorizado de informações e a criação de um canal que se tenta passar por um canal oficial do Clube. O título do vídeo é: Denúncia de licitações irregulares, que expõe não só a reputação do Clube, mas também a reputação do sócio envolvido com a Diretoria. Eu concluo meu pronunciamento com uma sugestão urgente. É imperativo que o Conselho estabeleça uma Comissão para desenvolver um código de ética de conduta digital. Precisamos de diretrizes claras sobre o que é permitido e o que não é em termos de compartilhamento de informações e uso do material do Clube. Já testemunhei casos em que entrevistas com os atletas e outros materiais foram compartilhados em canais pessoais, sem dar o devido crédito ao Clube. Sócios reproduzem o conteúdo gerado pelo Clube em seus canais pessoais para atrair audiência e algum caso até monetizar. Essa Comissão deveria avaliar esses casos e ajudar a evitar situações similares no futuro. Boa noite a todos e obrigada pela atenção.

Roque Antonio Horta de Ferreira Mendes (aparte) – ... Levantei, porque achei muito importante isso, que como Diretor de Marketing do Clube a gente já foi interpelado por algumas empresas multinacionais pela questão do Compliance. A gente teve que dar explicação para não perder patrocínios. Em alguns casos a gente perdeu o patrocínio. Então, ora a questão da “CNN” que aconteceu, ora do racismo, eu acho muito perigoso isso, porque qualquer coisa que seja pública vai estourar nas empresas. Especificamente hoje, coincidentemente nós recebemos e-mail de um patrocinador, pedindo esclarecimento sobre uma coisa do Clube, sobre o episódio do Alexandre de Moraes. O Clube vai responder, não tem problema nenhum, mas nós somos interpelados a todo o momento pelas empresas multinacionais, porque o Compliance deles pegam isso. Então, é muito perigoso uma coisa desse tipo, porque isso vai estourar de novo no Compliance das empresas e isso estoura nos patrocínios do Clube.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Roque, além disso, eu posso dizer uma coisa, no caso desse pronunciamento do Rodolfo foram oito minutos de vídeo, significa que um hacker tem oito minutos da voz dele gravado, que ele pode aprender e de repente um dia a família dele ser vítima de um trote de sequestro relâmpago com o própria voz dele. Ou então um WhatsApp falso pode circular nas redes do Clube, dizendo alguma coisa, até mesmo falando contra o Clube. Todos nós estamos aqui, qualquer sócio aqui pode pegar o seu celular e filmar. Eu gostaria que o Clube tratasse disso com o maior rigor, isso é a imagem das pessoas, isso é a vida das pessoas. Todo mundo sabe que comecei no Conselho através das redes sociais. Se você olhar minha rede social hoje nem foto mais eu tenho de tanto medo que tenho disso. Então, isso está prejudicando pessoas, está prejudicando a própria imagem do Clube. E quem é o Clube? O Clube somos nós. Você chamar uma pessoa, estar exposto ali para todo mundo ver: “Licitações irregulares no Clube”, para quem não entende o ambiente do Clube isso é uma coisa terrível, porque o sócio tem um emprego, aqui ele é voluntário. Então, imagina que uma pessoa pegue esse vídeo e transmita na empresa do cara, onde um Diretor trabalhe e fale assim: Olha, está vendo esse seu funcionário, ele está fazendo coisas irregulares no Clube. Você acaba com a vida do associado fora daqui. Outro ponto que falei também é a monetização desses canais, porque o atleta dá uma entrevista para o Clube. A pessoa vai

lá, pega essa entrevista para o Clube e coloca no canal pessoal dela. O atleta pode chegar e processar o Clube, é o uso da imagem dele. Quando isso acontece na televisão, por exemplo, você fala: Créditos de assim, assado e cozido, créditos da Rede Globo. Existe uma limitação do quanto tempo você pode colocar. Nós estamos engatinhando nisso e acho que é uma coisa muito temerosa. Então, realmente gostaria da criação desta Comissão e gostaria também, sei que não cabe ao Conselho, cabe sim à CPPJ, mas identificado o dono desse canal que fez isso, porque o nome do canal é ECP NEWS Oficial, que ele seja levado a CPPJ e punido no máximo rigor.

- Manifestação de Conselheiro fora do microfone: Se for sócio.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Se for sócio. Muito obrigada.

- Manifestação de Conselheiro fora do microfone.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Só para esclarecer, quando fiquei sabendo da existência desse canal eu officiei a Diretoria. A Diretoria, foi o ofício que eu coloquei, prontamente oficiou o YouTube. Está pedindo a quebra do sigilo de dados para descobrir quem é o proprietário do canal através do IP e quem criou. Sabendo disso, vai ser fácil a gente descobrir se a pessoa é associada ou não. Eu tenho certeza que a pessoa é associada, porque se você for ver o vídeo, a imagem foi feita de uma distância muito próxima daqui, então, foi alguém que filmou realmente o Conselheiro falando. Então, esse vídeo saiu daqui, não foi um vídeo de televisão, porque quando você filma na televisão vê os tubos passando. Então, assim, foi um de nós que fez isso. Se ele fez ou não o canal, se ele utilizou de terceiros ou não para fazer esse canal vai ser mais difícil a gente provar, mas eu espero realmente que a Diretoria consiga a quebra desse sigilo e realmente que o canal seja, o dono desse canal, se associado for, seja punido com o máximo rigor, porque ele pode estar prejudicando pessoas que dão aqui o seu tempo de forma voluntária. Muito obrigada.

André Perego Fiore (aparte) – ... Renata, do jeito que você está falando, desculpa estar sendo um pouquinho assim trágico até, mas o que nos assusta como Conselheiros é até a possibilidade, a gente está com a nossa sessão aqui filmada.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Mas a nossa sessão é filmada e protegida por senha.

André Perego Fiore – Sim, mas quem está vendo pela internet pode regravar isso e utilizar de uma forma...

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Por isso que eu iniciei meu pronunciamento, dizendo que não autorizo a reprodução da minha imagem e nem a reprodução integral ou parcial desse pronunciamento.

André Perego Fiore – Mas eu digo que é um assunto que tem de realmente se debruçar sobre isso, né, Presidente, porque a coisa está mais séria do que eu imagino.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – É uma coisa mais séria. Se você pesquisar na internet *deepfake*, coloca esse termo, você vai ficar impressionado o que pode ser feito com oito minutos de gravação da sua imagem e da sua voz.

André Perego Fiore – Obrigado.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Até logo. Boa noite.

...

Alexandre Fiore Weyand – ... Não ia comentar sobre esse assunto que a Conselheira Renata trouxe, mas achei bastante pertinente, então, antes de falar o que eu vim aqui à tribuna, vou trazer algumas coisas que ela comentou. Disso que ela disse sobre alterar a voz, passar trote, realmente é uma coisa muito séria. Hoje em dia, com essa inteligência artificial as coisas estão mudando numa velocidade assustadora. Vou dar um exemplo aqui bem breve. Tenho um grande amigo que é diretor numa das maiores empresas do segmento de mercado de pets. Quando surgiu esse Chat GPT, essa inteligência artificial eles fizeram um teste para departamento de ouvidoria, call center, essas coisas. Era tão perfeito que eles podiam demitir todo o departamento, eles demitiriam 400 pessoas, só que daí fica uma questão, né: Pô, ética, né, moral, botar 400 pessoas na rua. Só trouxe esse ponto, como realmente isso é bastante delicado. Então, gostaria de me juntar à Conselheira Renata, até o meu tio aqui, Conselheiro André falou, para fazer realmente uma Comissão, algum estudo muito embasado, isso é extremamente sério. Agora, o que me trouxe aqui à tribuna hoje, eu não vou falar do estacionamento dessa vez, outros Conselheiros estão fazendo coro ao que eu e Conselheiro Paulo Izar já viemos falar. Ainda bem que a Conselheira Palmira não foi atropelada, não teve algo mais sério, mas a gente está vendo que o negócio realmente está bastante complicado. Eu vim falar aqui da Festa Junina. Passou-se dois meses da Festa Junina, acho que o evento mais importante para grande parte do corpo associativo, um momento muito legal, que encontramos amigos nossos. Tem associado que só vem nessa época do ano, só vem para a Festa Junina. Para mim é muito especial. Ia até falar na Voz do Conselheiro, muitos associados vieram me procurar, acho que alguns já vieram à tribuna, é uma tema recorrente, a proporção que a festa tomou, o tamanho que ela está e como muitos associados sentem falta de uma festa menor, uma festa mais voltada ao corpo associativo. Eu até achei que este ano estava um pouco melhor, até fiquei me questionando se as atrações contribuíram com isso. Com todo respeito aos profissionais que tocaram este ano, comparado com “liner” do ano passado, não era do mesmo calibre. Se a gente pegar, no ano passado foi: quinta-feira Fala Mansa; sexta-feira Simone ou Simaria, eu sempre confundo qual das duas; sábado foi Leonardo e domingo foi Zé Ramalho, são grandes nomes. Neste ano, Lógico, Osvaldo Montenegro não deixa de ser e Zezé Di Camargo & Luciano também dispensa apresentações, mas de quinta e sexta-feira

eu desconhecia. Somente amigos meus que gostam muito de sertanejo realmente sabiam que era Felipe Araújo e Tierry. Então, não sei se isso também não trouxe muitos associados. Sei que os convites acabaram, mas, enfim, acho que teríamos que procurar alternativas. Indo nesse gancho também, agora, falando um pouco das raízes do Clube, eu converso muito isso com associados, com Conselheiros, dona Dulce, pessoa que eu admiro, respeito e me tutora muito aqui dentro desta Casa, a Festa Junina hoje têm barracas de diferentes segmentos. Sou da época que tinha até touro mecânico, os brinquedos ficavam no campo, hoje o campo só tem comida e não tem só comida de Festa Junina, tem sushi, comida japonesa, tem comida árabe, tem sorvete árabe, tem quintal do espeto, tem comida mexicana, mas sabe o que não tem? Não tem comida alemã. Quem fundou este Clube? Quem comprou o terreno aqui? Foram os alemães, né. Acho que a gente deveria ser pouco mais próximo às nossas raízes, inclusive porque comer comida alemã no inverno é muito bom. Eu mesmo fui no sábado almoçar num restaurante de comida alemã aqui em Pinheiros. Recomendo. Inclusive acho que é Schanaps Haus o nome. Muito gostoso e acho que a gente deveria trazer isso de volta. A própria dona Dulce, numa conversa que tive com ela, disse que no passado acho que tinha um restaurante alemão aqui no Clube. Não sei se seria resgatar um restaurante alemão, mas, assim, acabou a Festa da Cerveja, era um evento que os associados gostavam tanto, um evento tão tradicional. Pô, na casa dos meus pais têm todas aquelas canecas maravilhosas. Inclusive lembrando-se da dona Dulce novamente, têm duas canecas que faltam dentro do Centro Pró-Memória, acho que 1974 e 1972. Se alguém da Casa aqui tiver e puder doar ao Centro Pró-Memória, por favor. Acho que essa festa teria que voltar, isso não é uma opinião pessoal, realmente venho em nome do associado, muitos associados já vieram falar comigo a respeito disso. Então, é um pouco isso que queria trazer sobre a questão das raízes, eu acho que hoje a Festa Junina se transformou numa Festa das Nações, misturada com Festa Junina, sei lá, mas não tem barraca alemã. Por fim, eu queria falar de som. Entendo aqui as discussões acaloradas que temos e tudo mais, mas às vezes acho que tem Conselheiro que fala muito alto, um pouco desproporcional. E olha que sou um dos mais novos aqui da Casa, com todo respeito aos meus Pares, mas acho que já estou ficando um pouco surdo, porque juro que ponho o dedo no ouvido, que umas horas é bastante alta a forma como as pessoas falam. Sei que é difícil aqui eu instruir as pessoas a falarem mais baixo, mas, se possível. Inclusive nas aulas de spinning da academia o som é muito alto, eu uso EPIs, alguns outros associados também usam, então, também fica uma sugestão aí para os gerenciadores da Bodytech se puderem também baixar um pouco o som nas aulas de spinning, está bom. É isso por hoje. Agradeço pela atenção.

Presidente – Obrigado, Conselheiro. Existem três Conselheiros ainda inscritos, Paulo Izar, Rodolfo Serine e Arnaldo Queiroz, vou pedir ao Plenário a prorrogação por 15 minutos, podemos fazer assim? (Pausa) Aprovado. Muito obrigado.

Paulo Sergio Machado Izar – ... Bem, inicio o pronunciamento desta noite parabenizando a Diretoria pela remoção da estrutura que acomodava o caixa eletrônico do Bradesco próximo ao acesso à Pista de Atletismo e ao Edifício do CCR. Há mais de 2 anos a

estrutura se mostrava deteriorada e, mais recentemente, inclusive eu havia me manifestado a respeito (DI 588/2022, do dia 27/09 e DI 717/2022, do dia 21 de novembro do ano passado). Por falar em recorrência, em 09 de janeiro de 2023 eu abri um Protocolo nº 11161 no Fala Pinheiros a respeito da estação de recarga de celulares existente no Fitness que funciona com ativação via cartão com tarja magnética, prioritariamente cartões de crédito. Questionei se havia um estudo sobre a frequência de associados do Fitness portando cartões de crédito durante atividade física, pois o mais lógico seria a ativação através de senha ou digital. A resposta que recebi em 10 de fevereiro da Diretoria à época, portanto, um mês após a abertura da manifestação e claramente fora do prazo regimental do Fala Pinheiros, foi a seguinte: "Sobre o aparelho de tarja eletrônica, não temos como extrair relatório de uso. De todo modo, já instalamos um novo aparelho biométrico em 31/12/2022 no hall da Sede Social para testes." (Esse equipamento estava lá até a semana retrasada). E mais nada foi dito sobre o assunto, talvez apostando no esquecimento ou devido à falta de processos internos. Fato é que o equipamento ativado por tarja magnética continua lá, provavelmente sem atender ninguém. A pergunta que faço é quantos associados frequentam o Fitness portando seus cartões de crédito, débito, Vale Refeição ou Vale Alimentação? Que é a única maneira de acionar aquele equipamento. Assim, acreditando no potencial da nova gestão, gostaria de retomar o assunto e solicitar uma nova avaliação, inclusive para outros pontos do Esporte Clube Pinheiros. Por fim, já que abordei o tema "recorrência", venho, novamente, pedir o cumprimento do prazo regimental para que possamos receber as respostas às nossas manifestações de acordo com o regimento. Entendo que, em alguns casos, a Diretoria pode não ter condições de atender o prazo estipulado, mas seria de bom tom manifestar-se informando um novo prazo para o provimento da resposta, ressaltando que tal procedimento deva ser tratado como exceção e não regra. Da mesma forma, entendo que o Conselho Deliberativo poderia dar ciência aos Conselheiros de todos os processos cujas respostas estão em atraso no início de cada Reunião como forma de tornar transparentes tudo o que ocorre na Casa. Eu anotei aqui alguns números com relação a esta Reunião: Nós tivemos 72% de presença durante a votação em que houve maior quantidade de Conselheiros. E 26% quando a gente começou a Voz do Conselheiro. Deu uma bela de uma debandada. Então, desculpa a redundância, mas volto a insistir, o ideal seria a gente ter pelo menos na Revista ou em algum outro ponto de divulgação a lista de presentes no começo e no final de cada reunião. Acho que na hora que o pessoal for pedir voto no ano que vem deveria apresentar isso.

Alexandre Fiore Weyand (aparte) – Só ia falar que no passado, há 10 anos a Revista tinha A Voz do Conselheiro de todas as reuniões.

Paulo Sergio Machado Izar – Sim, me lembro disso, não era Conselheiro, mas lia a Revista.

Alexandre Fiore Weyand – Tiraram em algum momento da nossa história, mas tinha o que se passava na Voz.

Paulo Sergio Machado Izar – Acho que talvez não seja necessário colocar tudo, mas acho que colocar a lista de presença do começo e do fim.

Alexandre Fiore Weyand – Concordo, acho boa a sugestão.

Paulo Sergio Machado Izar – Sem citar nomes, teve Conselheiro que foi embora antes da primeira votação, estava sentado próximo a mim e foi embora antes da primeira votação. Não sei por que, vem marcar presença, dá espaço. A gente falou tanto de Conselheiro, de baixar Diretoria, levantar, subir e descer. Pô, deixa o Suplente ocupar o espaço. ... boa noite.

Rodolfo José Sanchez Serine – ... Vou me socorrer um pouquinho da ajuda nossa Secretaria, da nossa zelosa Secretaria com relação a alguns rápidos slides para facilitar o entendimento do Plenário. É o slide 1, por favor.

- Projeção.

Rodolfo José Sanchez Serine – Queria compartilhar com vocês algumas informações que reputo bastante relevantes referente ao resultado financeiro de alguns eventos aqui do nosso Clube. A feijoada carnavalesca, realizada dia 11 de fevereiro de 2023 – DI-439/2023, nós tivemos aí um total de receita de R\$ 147.325,00 com o patrocínio da Heineken de R\$ 5.000,00. Slide 2, por favor, ele vai mostrar o total de despesas. Despesas gerais no evento, 28 contratos, totalizaram R\$ 585.000,00 e demais despesas R\$34. Resultado financeiro negativo de R\$ 472.108,00, demonstrando subsídio que foi destinado ao evento. Se nós dividirmos esse valor pelo número de associados presentes no evento, 576, nós teríamos aí um subsídio per capita de R\$ 820,00 aproximadamente por pessoa. Slide 3, por favor. Já vou adiantando aqui. O outro evento é a corrida de aniversário do ano passado, que aconteceu dia 18 de setembro de 2022, conforme informações da DI-147/2023. Total de inscritos, 1404. Associados pagantes, 665. Não pagantes, 11. Terceiros, 668 pagantes e não pagantes, 60. Veja que nós temos mais participantes não associados que associados. Total de associados, 676. Terceiros não associados, 728. Slide 4, por favor. Vocês vão verificar no próximo slide que nós tivemos receitas provenientes das vendas de inscrições da ordem de R\$ 169.695,00 contra despesas da ordem de R\$ 524.807,00, resultado negativo de R\$ 355.112,00. Dividindo também esse valor pelo número total de associados que participaram da prova teríamos um subsídio per capita de R\$ 525,00 por pessoa. Claro que para enfrentar esse déficit, esse subsídio, vamos chamar assim, grande nas contas do evento, a Diretoria optou em direcionar parte da verba de patrocínio do contrato global junto ao Banco Bradesco, direcionando R\$ 180.000,00 desse patrocínio com objetivo de reduzir o déficit da corrida para R\$ 175.112,00. De qualquer forma, quando a Diretoria decide alocar recursos de patrocínio global em determinado evento, ela deixa de utilizar esse recurso para outras áreas prioritárias. Portanto, a conta continua saindo do bolso do associado. Slide 5, por favor. O próximo evento é o jantar de aniversário do ano passado, que ocorreu dia 24 de

setembro de 2022, informações da DI-767/2022. Total de despesas do jantar de aniversário, R\$ 473.194,22. Slide 6, por favor. O número total de convites vendidos foi 201, sendo 179 associados e 22 não associados. O total de receita, R\$ 66.080,00. Finalizando, um resultado financeiro negativo de R\$ 407.114,22. Se dividir o resultado financeiro pelo número de convites vendidos, 201, teríamos um subsídio per capita da ordem de R\$ 2.025,00 por pessoa que participou no evento. Slide 7, por gentileza. Próximo evento é o Samba 360º, foi um evento que inicialmente era para ser pago, mas em vista da baixa venda de convites, a Diretoria acabou absorvendo o evento como parte da programação de inauguração do novo prédio do Tênis, passando a ser então gratuito. Como se já não bastasse o que o Clube já estava direcionando de gastos para o evento da inauguração realizada no local e acabamos absorvendo esse custo adicional também. Não houve nenhum tipo de receita nem de patrocínio para o evento e acabamos assumindo aí um resultado financeiro negativo da ordem de R\$ 152.627,00 para o Samba 360. Por último e não menos importante, o slide 8, por favor. A Copa ECP 2022, cujas informações vieram pela DI-231/2023. Nessa oportunidade, o campo de futebol B ficou fechado de 21 de novembro a 21 de dezembro. Nós tivemos seis jogos com chuva e seis jogos sem chuva. O evento não estava previsto em proposta orçamentária. Encerrou despesas da ordem de R\$ 357.563,90 e receitas de um patrocínio da Toyota de R\$ 30.000,00, fechando o resultado negativo em R\$ 327.563,90. Pode fechar, por favor, Jorge. Muito obrigado pela sempre carinhosa atenção. Bom, embora o Clube tivesse condições de transmitir os jogos no cinema, nos televisores e painéis espalhados pelo Clube, Boliche, Sinuca, Tênis, etc., a Diretoria optou por alocar recursos de mais de R\$ 300.000,00 para realizar o evento, além de bloquear o campo B de futebol por um mês, impactando negativamente nas atividades esportivas e de lazer dos associados. Sras. e Srs. Conselheiros, o meu objetivo aqui foi unicamente compartilhar com todos vocês essas informações, às quais obviamente para consegui-las foram necessários alguns meses entre pedidos, requerimentos à Diretoria e foram passadas aqui compiladas para os senhores hoje, com o intuito de ressaltar que nós ficamos sempre às cegas com relação aos resultados financeiros dos eventos que a Diretoria realiza. Agora em novembro, conforme disposto em nosso Estatuto Social, Art. 39, inciso I, alínea "b", na segunda quinzena de novembro nos reuniremos para apreciar a proposta orçamentária referente ao próximo exercício. Conforme descrito na fl. 93, da PO de 2023, está previsto para este ano um dispêndio total de R\$ 8.864.813,00 com eventos sociais; isso representa praticamente o déficit total de bares e restaurantes que tanto se critica neste Plenário. Antes de buscarmos reduzir o déficit de bares e restaurantes, que na minha modesta opinião ele deve existir e representa a forma mais democrática de alocação de subsídios, é preciso ficar atento aos déficits de outras áreas, que acabam realizando suas ações sem demonstrar adequadamente aos associados e a este Conselho como nosso dinheiro está sendo gasto. E para que possamos fundamentar adequadamente nosso entendimento quanto à melhor alocação de recursos do nosso caixa, afinal nossos recursos são finitos, e se gastamos mal, se alocamos mal os recursos vai faltar para alguma área prioritária e que tem maior impacto na vida do associado. Por essa razão, Sr. Presidente, Dr. Guilherme Reis, eu peço a V. Sa., oficiar a douta Diretoria para que mensalmente passe a enviar ao Conselho Deliberativo o fechamento do resultado

financeiro dos eventos realizados tão logo a área financeira finalize a planilha de cada evento, isso já é feito pela área financeira. Bastaria apenas que a Diretoria passasse a comunicar o Conselho com relação a esses resultados operacionais, essas informações não constam do RAM. Dessa forma, o Conselho estará sempre atualizado quanto à locação de recursos do Clube, nos possibilitando acompanhar os atos de gestão da Diretoria e conseqüentemente avaliar se essas alocações estão sendo realizadas respeitando-se os melhores interesses do corpo associativo. Era o que me cabia. Muito obrigado. Boa noite.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – ... Eu vou ser bastante simples, rápido e objetivo aqui na minha explanação. Eu vou aproveitar as palavras do Conselheiro Izar, que realmente eu acredito no potencial desta Diretoria, do Presidente Brazolin e dos seus Diretores, do grupo que o cerca, principalmente em razão do DNA que eles têm, isso é de coração que eu falo: DNA esportivo, etc. Eu passei pelo Poliesportivo e fui ver a placa de inauguração do Poliesportivo, não sei se alguém já teve a curiosidade, ele foi inaugurado em 05/05/84, portanto, daqui a pouco vai completar 40 anos. Acho que dá até para a gente fazer uma festa, porque ele era tido como elefante branco durante muitos anos: Ah, esse negócio está ocioso, não tem o que fazer com ele. E hoje em dia a gente vem aqui no Conselho e ouve o pessoal do Tênis reclamando de espaço, a gente ouve nas alamedas as mães da Natação falando das filas, a gente vê o esforço grande da Diretora Letícia Calabresi fazendo reduções nos tempos de aula, nos intervalos para que possa atender mais gente, mesmo assim existem as filas. A gente vê o esforço hercúleo, com autorização do Paulo Paradedá, de colocar 200 crianças no salão de Festas. Isso não é Pinheiros, mas o que ele faz é louvável e eu faria se estivesse no lugar dele. A gente vê o esforço do pessoal do Judô, que cresceu a Escolinha de Judô barbaramente nos últimos 10 anos e têm hoje lá, dizem, 200, 300, eu não sei exatamente os dados de crianças na fila. Existe uma fila crônica na Ginástica Olímpica, na Ginástica Artística, hoje em dia Ginástica Artística, que é uma atividade que tem perigo, ou seja, você precisa fazer com muita segurança e eles não podem atender mais gente, porque não tem espaço o dia inteiro nos ginásios. Então, eu venho aqui, Presidente Brazolin, eu sei que vocês estão trabalhando nisso, eu vejo que tiraram os capacetes do carro, do porta-malas do carro, estão conversando e a gente ampliou bares e restaurantes aqui no Clube. Nós ampliamos espaço lá no Pai Tomás, nós compramos um prédio administrativo, nós fizemos o diabo, reformamos tudo que é restaurante, mas eu não vejo uma obra esportiva grande que traga um ganho efetivo de área aqui para o Clube ... Vou voltar a esse assunto outras vezes com mais detalhes e vou trazer outros exemplos. Eu venho de manhãzinha na pista de atletismo fazer o master trainer e o treinamento de corrida junto com os velhinhos aqui, às 6h da manhã e às 7h da manhã ou 6h30 da manhã inicia uma turma de remo. Que conversei com o Ricardo Rojas, tem 150 pessoas inscritas com remoergômetros. E isso é uma atividade que pode levar lá depois para a raia de remo. O rapaz pega os remoergômetros, três, quatro remoergômetros. Traz, arrastando na pista de atletismo pelos carrinhos e coloca debaixo da arquibancada. Arquibancada da pista de atletismo é feita para assistir a eventos de atletismo e não para remar. Não que eu seja contra atividade do remo indoor, mas a gente não tem espaço. Então, eu sou favorável às

quadras novas de Tênis, ao projeto das quadras de Tênis. Se esse projeto trazer possibilidade de a gente desenvolver as obras do Poliesportivo eu sou favorável mais ainda. Eu sou favorável à piscina, seja onde for. Eu sou favorável a tanque de saltos ornamentais. Eu sou favorável a tudo. Sou favorável a aumento de quadra de Beach Tennis. A gente fica discutindo aqui no Conselho coisas, não vou nem criticar os demais assuntos, mas assuntos realmente desgastantes e nós somos o Esporte Clube Pinheiros. Como aprendi com o Presidente Arlindo, nós somos grandes, nós temos que dar um diapasão para todos os demais clubes. Estou vendo o Praia Clube, lá em Uberlândia, avançar. Todo mundo fala do Minas. É muito fácil falar, são quatro sedes, e tal. Os caras têm há 20 anos um ginásio poliesportivo. Se o Pinheiros for para a final do NBB, Brazilin, nós não temos onde jogar. Nós vamos ter de jogar no Corinthians, nós não temos ginásio para 5 mil pessoas assistindo. Então, alguém tem que começar – Dr. Andreas, que gosta bastante do Tênis – nós temos que começar, temos que fazer o prédio do Tênis, temos que fazer o Poliesportivo, temos que fazer as piscinas. Além disso, nós temos o Curitiba, Fiore, do nosso amigo Renato Ramalho, que foi Presidente. Ele tem duas plantas, os caras têm campo de golfe, os caras têm ginásio, os caras têm tudo e nós ficamos aqui presos na nossa planta. Aliás, eu sou favorável a fazer tudo aqui dentro do Clube, essa história de centro de treinamento externo, eu conheço lá o Minas, eles não funciona, eles não são como o Pinheiros, eles não têm o amor que nós temos ao esporte, mas eles estão fazendo algumas coisas melhores. Então, eu venho aqui dizer que o grupo que eu represento, participo e pessoas e associados que represento são favoráveis ao novo Poliesportivo, são favoráveis à nova piscina, seja onde for. E são favoráveis às quadras de Tênis. Se tivermos que buscar recursos: Ah, não temos R\$200 milhões! Sei lá, vamos fazer taxa de obra. O que nós vamos fazer, o Clube está lotado, tem fila para tudo, não dá para andar. Vamos fazer taxa de obra, qual o problema. Falaram hoje aqui que na década de 70, os associados antigos pagaram as obras. Vamos pagar as obras. Vamos buscar financiamento. Vamos buscar projetos de lei. Nós temos que fazer alguma coisa, nós estamos discutindo sempre os mesmos temas. Terminando e dando já o aparte ao Fiore. Há 33 anos mais ou menos, eu competi um pouquinho aqui pelo Clube e passei a ser Diretor da seção de Judô e o finado Vice-Presidente do Clube, Edgard Ozon me disse assim: Garoto, você quer ajudar o Clube, vai lá para o Conselho que lá vai ajudar o Clube nas suas demandas. Eu acho que nós deveríamos encampar essa ideia. Isso aqui não é um trabalho para uma gestão, um trabalho talvez para três gestões, para 10, 15 anos. Daqui a pouco farei 60 anos, com 75 a gente poderá ver o novo Poliesportivo.

André Perego Fiore (aparte) – Arnaldo, primeiro, eu queria fazer minhas as tuas palavras, eu concordo plenamente com o que você está dizendo. Acho que o grande gargalo do Pinheiros hoje é a infraestrutura esportiva, sem dúvida nenhuma. Agora, pegando a tua experiência toda em relação ao esporte, Arnaldo, o que você acharia que poderia ser feito, pelo menos em curto prazo para a gente atender e diminuir, vamos dizer, esse incêndio que a gente vive hoje, principalmente das filas, das crianças, das atividades específicas de base, de formação. O que você sugeriria, assim, dando uma ideia para enriquecer a Diretoria?

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – Sinceramente, eu vejo Diretores trabalhando muito e com muita criatividade, Fiore. Nós fizemos lá na época que teve, a Letícia está fazendo, o pessoal da Ginástica está fazendo, o pessoal do Remo está fazendo, o pessoal do Futebol fez nos campos, só que a gente chegou no limite, nós estamos no limite, realmente não sei te responder, eu não sei de onde a gente pode fabricar espaço. Talvez no subsolo, mas isso não seria em curto prazo, mas a gente precisa fazer uma obra, a gente precisa pôr a mão, tirar os capacetes dos porta-malas dos carros e lembrar que nós somos o Esporte Clube Pinheiros e nós temos que fazer coisas grandes. Eu gostaria de ter essa resposta, mas estou um pouco afastado da Diretoria há três, quatro anos, três anos e alguma coisa talvez, eu não lembro mais, mas eu não sei as respostas. Na época a gente procurava as respostas, mas, de verdade não têm, os caras vão ficar brigando pelo espaço do Tênis até morrer, eles vão se matar lá e não vai acontecer nada, eles vão brigar, eles vão acabar, eles vão dizer que é isso, que é aquilo e não vai dar certo, lamento. Obrigado, pessoal.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente – Declarou encerrada a reunião aos 22 minutos do dia 29 de agosto de 2023.

* * *

Obs: esta Ata foi aprovada na 751ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 25 de setembro de 2023, com as alterações já dela constantes.

GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS
Presidente do Conselho Deliberativo

BERENICE GAZONI
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo